

## 4

**O projeto amaralista e a história fluminense**

Os discursos de superação da crise fluminense e do soerguimento do Estado do Rio de Janeiro no cenário nacional foram reiterados na década de 1930, mas ganharam maior vigor com a instauração do Estado Novo e o início da interventoria de Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945).

A instabilidade política marcou o cenário estadual ao raiar a década de 1930. Manuel Duarte, aliado de Washington Luís, manteve-se fiel ao presidente liderando a resistência legalista que lutava contra o movimento que se consagrou como Revolução de 1930. Apesar de aliados de Duarte, os antigos nilistas apoiaram a Aliança Liberal. Com a vitória do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, o situacionismo no estado do Rio de Janeiro foi alijado do comando estadual. Os nilistas, por seu turno, não conseguiram se organizar frente ao novo quadro, pois não estavam suficientemente articulados para recuperar o antigo prestígio e indicar o novo dirigente da política local. Entre outubro de 1930 e dezembro de 1931 foram nomeados quatro interventores para o Estado, todos estranhos à política local e indicados pelo Executivo Nacional de maneira independente às correntes políticas estaduais<sup>240</sup>. Após a deposição de Washington Luís, foi oficializado o sistema de interventoria federal nos estados. Geralmente eram escolhidos como interventores personagens que não eram do estado ou que não possuíam raízes políticas nele. Outros dois pré-requisitos eram ser militar e ser neutro politicamente<sup>241</sup>.

A esse período seguiu-se a administração de Ary Parreiras (1931-1935), que governou como interventor federal nomeado por Vargas. Em 1935 foi convocada a Assembleia Constituinte Estadual que, após a promulgação da Carta Magna fluminense, se auto-proclamou Assembleia Legislativa e elegeu o Almirante

---

<sup>240</sup> Marieta de Moraes Ferreira (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 300-301. Nesse período foram interventores o coronel Demócrito Barbosa (24/10/1930 - 29/10/1930), Plínio de Castro Casado (29/10/1930 - 30/05/1931), General João de Deus Mena Barreto (30/05/1931 - 04/11/1931) e Tenente-Coronel Pantaleão da Silva Pessoa (04/11/1931 - 16/12/1931).

<sup>241</sup> Rafael Navarro Costa. **Tecendo as redes da política**: articulações e projetos na construção do amaralismo. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 39-40.

Protógenes Guimarães governador do estado. A administração do almirante foi marcada pela instabilidade gerada pelas constantes licenças médicas do governador e pelo fracasso da sua *política de pacificação*, ou seja, a tentativa de anulação das diferenças partidárias na Assembleia com vistas à governabilidade e ao atendimento das necessidades das municipalidades<sup>242</sup>.

Ernani do Amaral Peixoto fora nomeado interventor do Estado do Rio de Janeiro um dia antes da instauração do Estado Novo e mantido no cargo durante todo esse período. Em sua entrevista, quase cinquenta anos depois, o Comandante, como também era conhecido por ser oficial da Marinha, declarou que não possuía ligações com a política fluminense até aquele momento<sup>243</sup>.

Ao assumir a direção do estado, inicialmente aproximou-se do grupo liderado por José Eduardo de Macedo Soares, remanescente dos nilistas, que lhe proporcionaria uma mínima sustentação política para a governabilidade. Amaral Peixoto, no entanto, não se deixou controlar pelos macedistas, aproximando-se de outras lideranças e grupos visando constituir suas próprias bases políticas no estado. Iniciou uma política de alianças com os líderes locais consolidada através de visitas realizadas ao interior fluminense, em especial ao norte, a região de Campos dos Goytacazes, e rompeu com o macedismo<sup>244</sup>. Associada a essa prática, o interventor adotou um discurso e ações práticas no sentido de projetar a recuperação econômica local fortemente abalada desde a crise de 1929.

A política econômica implementada por Amaral Peixoto era a da não intervenção direta nas atividades produtivas. Estabeleceu-se um programa de incentivos fiscais e de obras de infra-estrutura, que visava a recuperação econômica do Estado. Investiu-se na abertura e no recapeamento de rodovias e em um plano de eletrificação de algumas regiões, mormente do norte do Estado. Estas medidas eram tomadas objetivando a recuperação das atividades agropastoris da região, consideradas como a base da economia local. Segundo Sílvia Pantoja de Castro, as atividades industriais eram incentivadas quando articuladas àqueles setores:

<sup>242</sup> Rafael Navarro Costa. **A política fluminense no pós-30: uma análise da interventoria de Ari Parreiras e do governo de Protógenes Guimarães (1932-1937)**. Monografia (Graduação em História). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2005. Emmanuel de Macedo Soares. **História Política do Estado do Rio de Janeiro (1889-1975)**. Niterói: Imprensa Oficial, 1987.

<sup>243</sup> Aspásia Camargo *et alli*. **Artes da política**. Diálogo com Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/CPDOC-FGV, Niterói: EDUFF, 1986.

<sup>244</sup> Heitor Gurgel. **O governo Amaral Peixoto (1937-1945)**. Rio de Janeiro: s/ed., 1950.

Tendo em vista o forte interesse de Amaral Peixoto pela área rural, bem como o fato de a pecuária ter sido um dos sustentáculos da economia fluminense do período, a grande preocupação do governo parece ter sido estimular uma industrialização articulada a este setor. Nesse sentido, instituíram-se prêmios aos industriais de produtos [de origens] animais no estado do Rio, concedidos por meio de concursos realizados com o apoio do Ministério da Agricultura.<sup>245</sup>

Uma das estratégias empregadas para promover a recuperação do Estado foi a realização de uma ampla reforma administrativa, que objetivava agilizar a captação de recursos tributários e criar um corpo técnico capaz de implementar os planos de viabilização de uma infra-estrutura que pudesse desenvolver a economia estadual, privilegiando as áreas rurais. Fez-se a reorganização da máquina administrativa com a reestruturação de antigos departamentos e a criação das secretarias. Neste último caso foram criadas as secretarias do Governo (inicialmente da Interventoria), de Finanças, de Viação e Obras Públicas, de Agricultura, Indústria e Comércio.

O projeto amaralista de revitalização político-econômica do estado desenvolvido nas décadas de 1930 a 1950 afirmava-se como um regenerador da história do estado, pois seria aquele capaz de recuperar o lugar de destaque outrora ocupado pelo Rio de Janeiro no concerto nacional. As diretrizes desse grupo, firmadas nas décadas de 1930 e 1940, tiveram continuidade nos anos cinquenta. O amaralismo fixava seu projeto político e econômico tendo como alicerces as práticas tradicionais do estado: as políticas clientelistas e as atividades agropecuárias. Suas alianças políticas foram firmadas com grupos locais ligados às atividades agrícolas e pecuárias. Projetava-se a recuperação econômica e política do estado através do investimento nos setores agrícolas.

Neste capítulo objetiva-se realizar uma análise de como é que a história local foi apropriada nos discursos políticos, construindo para o grupo em questão, especialmente para Amaral Peixoto, uma imagem de defensor da história e das tradições do Estado. Tal construção era realizada nos departamentos governamentais, em especial, de educação e de cultura; mas também em movimentos e associações culturais de Niterói. Por isso, far-se-á a análise daquelas associações culturais que, nesse período, investiam na construção de

---

<sup>245</sup> Silvia Pantoja de Castro. **Raízes do pessedismo fluminense**. A política do interventor: 1937-1945. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. p. 58

uma interpretação acerca da história do estado e de suas relações com a administração estadual.

#### 4.1

#### **A política educacional e cultural fluminense no Estado Novo**

À semelhança do Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1931, com a reforma administrativa implementada por Amaral Peixoto, no estado do Rio de Janeiro, foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública, em 10 de novembro de 1938, com dois departamentos: Educação e Saúde. Para comandá-la foi nomeado Ruy Buarque de Nazareth, tendo como chefe de gabinete Rubens Falcão. Este último exerceu esse cargo até ser conduzido à direção do Departamento de Educação, em 06 de agosto de 1942. Pouco tempo depois, em 1943, a Secretaria de Educação e Saúde Pública foi extinta e o Departamento de Educação tornou-se o órgão máximo de regulamentação do sistema educacional do estado do Rio, ligado diretamente ao interventor<sup>246</sup>. Falcão permaneceu à sua frente até a saída de Amaral Peixoto do governo, no fim do Estado Novo (1945).

No campo educacional/cultural, as iniciativas da interventoria seguiram as orientações que buscavam convergir com as articulações políticas e com as idéias econômicas implementadas pelo interventor. O grande alvo era a região agropecuária do Estado. Podemos avaliar o projeto educacional desenvolvido no período através de *Novos caminhos da educação fluminense*, livro que é uma espécie de relatório das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Educação, sob a direção de Rubens Falcão<sup>247</sup>. A própria organização do livro é significativa. Composto de 25 capítulos, seu carro chefe, o primeiro, é intitulado “*Educação Rural*”; nele, o autor elaborou suas reflexões sobre o assunto e descreveu algumas iniciativas da administração estadual nesta área:

---

<sup>246</sup> Jaime Abreu. **O sistema educacional fluminense**. Uma tentativa de interpretação e crítica. Rio de Janeiro: s/ed., 1955. p. 116-118.

<sup>247</sup> Rubens Falcão. **Novos caminhos na educação fluminense**. Niterói: Imprensa Oficial, 1946

À falta de educação conveniente, o homem rural não se desenvolve nem se atreve a trabalhar a terra de modo proveitoso. A ignorância em que vive o converteu, nas zonas principalmente do sertão, em um indivíduo supersticioso e cheio de abusões, com o círculo mental limitadíssimo, quando não se torna promotor de desordens ou adepto do cangaceirismo<sup>248</sup>

Em um discurso de 1938, o interventor apresentou os objetivos do ensino rural. As escolas rurais não deveriam ter:

O caráter de escolas elementares agrícolas, nem de simples escolas alfabetizantes, por isso que se destinavam a um papel de maior transcendência – *o de formação dos nossos futuros homens do campo sob todos os aspectos – técnico, moral, físico e intelectual – inculcando-lhes o amor patriótico ao seu habitat ao mesmo tempo que lhes dariam os conhecimentos indispensáveis ao trabalho do engrandecimento nacional* a que se dedicam, tirando-lhes, por outro lado, a concepção hereditária em que vivem – de colonos dentro da sua própria terra (grifos meus)<sup>249</sup>.

O objetivo da educação rural seria civilizar os hábitos do homem do campo, torná-lo um novo homem que auxiliasse no engrandecimento do país. Não se buscava afastá-lo do campo, mas sim enraizá-lo em sua região. A zona rural era idealizada como o espaço detentor das raízes e da identidade fluminenses. A escola não deveria formar os alunos das zonas rurais com uma ideologia urbana, mas sim criar o “*amor patriótico a seu habitat*”. Instruir não apenas as crianças, mas também os adultos, com iniciativas que extrapolassem a escola regular.

Para instituir estas orientações, o Departamento de Educação, segundo Falcão, imprimiu a mesma diretriz centralizadora que a administração de Amaral Peixoto vinha realizando em outros campos. O ensino primário era obrigação primordial do poder público estadual. Neste sentido, o governo fluminense teria realizado diversos convênios com as municipalidades para ampliar, orientar e fiscalizar a rede escolar na implementação do seu plano educacional. A proposta era que os municípios deveriam seguir as orientações da administração estadual e, para tal, contariam com dotações financeiras para manter ou transferir estabelecimentos de ensino primário para o governo estadual<sup>250</sup>.

Outra iniciativa, que atesta o desejo da administração estadual de controlar a rede escolar pública, foi o plano de padronização de programas pedagógicos de cada série primária. Segundo Falcão, esta medida visava “*impedir a diversidade*

<sup>248</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>249</sup> Amaral Peixoto, 1938. *Apud. Ibid.*, p. 23.

<sup>250</sup> *Ibid.*, p. 27-31.

de orientação pedagógica e garantir a unidade do ensino”<sup>251</sup>. A padronização ficou a cargo da Divisão de Estatística e Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação, que estabeleceu os programas didáticos e elaborou sugestões bibliográficas para os professores. Paulo de Almeida Campos criou um sistema de avaliação escolar único, aplicado a toda a rede estadual de ensino, pela primeira vez, no final do ano letivo de 1942<sup>252</sup>. Tais perspectivas eram coerentes com as propostas do Ministério da Educação e Saúde de normalização do ensino secundário, neste caso aplicadas ao ensino primário<sup>253</sup>.

Por tais iniciativas, observa-se um esforço em definir orientações uniformes para o sistema educacional fluminense. A capital era o espaço de experimentação de projetos pioneiros, planejados para implementação em toda a rede. O Grupo Escolar Getúlio Vargas, construído durante a interventoria em Niterói, tornou-se centro de referência, onde eram experimentadas “*adiantadas técnicas pedagógicas*”:

Em 1943 o grupo escolar Getúlio Vargas foi centro de experimentação de algumas adiantadas técnicas pedagógicas. Dentre os trabalhos realizados puderam ser vistos e apreciados: a construção de aparelhos de física; taxidermia; criação de pequenos animais para estudo ao vivo; um sistema de autodisciplina; dramatização para o ensino da história etc., fatos que serviram para o aperfeiçoamento de professores do interior que o visitaram.<sup>254</sup>

A capacitação dos docentes já atuantes nas regiões rurais era efetuada nos cursos de férias, realizados na capital do Estado. Outra grande preocupação era com a formação de professoras imbuída dos ideais propugnados pela administração amaralista no estado. A sua formação se fazia nas Escolas Normais de Niterói e de Campos<sup>255</sup>. Com a lei orgânica do ensino normal (1938), o governo fluminense tomou uma série de medidas para padronizar e fiscalizar os cursos ministrados nos estabelecimentos oficiais e nos “equiparados”.

O ensino normal era, nas palavras de Amaral Peixoto,

<sup>251</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>252</sup> *Ibid.*, p. 69-72.

<sup>253</sup> Cf. Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Edusp, 1982.

<sup>254</sup> *Ibid.*, p. 57-58.

<sup>255</sup> *Ibid.*, p. 93-96.

(...) chave de todo o sistema pedagógico, conservando-lhe como base o curso de humanidades, acrescido de novas disciplinas (...) se incluiu a cadeira de agricultura, cujos frutos se refletirão na escola rural, dando-lhe sentido mais útil, despertando o gosto pelas atividades agrícolas, concorrendo para a fixação do homem à gleba natal<sup>256</sup>.

Nestes Institutos de Educação, o ensino era, contudo, pautado segundo valores urbanos e as professoras não estavam aptas a atuar nas escolas rurais, segundo Falcão. Travou-se, então, um debate sobre a formação das Escolas Normais Rurais, que originou a de Cantagalo<sup>257</sup>. Estas escolas seriam espaços privilegiados para formar o magistério que atuaria nas zonas rurais.

O ensino nas regiões interioranas deveria ser diferenciado. Eram necessários estabelecimentos específicos de ensino: as Escolas Típicas Rurais. Estas unidades escolares não eram criações da administração de Amaral Peixoto. Regulamentadas legalmente em 1936, durante a direção de Nóbrega da Cunha no Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, permaneceram letra morta, sendo apenas efetivadas a partir de 1938, pois se associavam às diretrizes da política estadual<sup>258</sup>.

Em um documento de 1945, encontramos esquematizadas as suas finalidades e a sua estrutura de funcionamento.

1 – As Escolas Típicas Rurais (ETR) têm por finalidade trabalhar pela melhoria social, econômica e cultural das populações do interior, devendo constituir-se como verdadeiros centros irradiadores de civilização e progresso na vida do campo.

2 – As ETR atingirão essa finalidade através da criação de uma “mentalidade ruralista” na criança, isto é, ensinado-a a conhecer o valor imenso do campo, a amar racionalmente a sua terra e a trabalhar pelo [seu] engrandecimento econômico, moral e cultural. Em uma palavra: - a ETR deve ensinar a criança do campo a ser feliz na vida do campo<sup>259</sup> (grifos no original).

Nas Escolas Típicas Rurais “a principal tarefa não era, pois, transmitir conhecimentos desta ou daquela matéria, mas sim levantar o espírito do campônio, entusiasmá-lo, mostrar-lhe que ele é capaz de viver uma vida melhor

<sup>256</sup> *Ibid.*, p. 93-94.

<sup>257</sup> Haydée da Graça Ferreira de Figueiredo. **Curso Normal Rural de Cantagalo**: Uma experiência fluminense na história da formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 1991.

<sup>258</sup> Pelo decreto nº 196-A, de 24 de dezembro de 1936, criou-se um regulamento para o sistema de ensino fluminense, que possuía um capítulo sobre as Escolas Típicas Rurais. Rubens Falcão, *op. cit.*, p. 22

<sup>259</sup> ESTADO do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. **As Escolas Típicas Rurais**. Suas finalidades. Seu funcionamento. Niterói, 1945. Mimeo. p. 2 (CPDOC/FGV. EAP.45.04.05 int.).

em sua própria terra”<sup>260</sup>. Assim, a ETR deveria privilegiar o ensino de atividades rurais: horta, pomar-jardim, criação de galinhas, abelhas, coelhos e bicho-da-seda, viveiro florestal, lavoura, as pequenas indústrias rurais e caseiras, com aproveitamento das próprias matérias-primas encontradas no campo (bambu, fibras, palha de milho, coco, bucha, etc.). Associado a tudo isto, o currículo dos demais grupos escolares deveria também ser seguido com o ensino de português, matemática, ciências e estudos sociais.

A ETR tinha uma missão não apenas com as crianças. Deveria atrair a comunidade, pois “*no campo não há outros centros sociais*”, e desenvolver atividades de ensino de hábitos de higiene, da moral e do sentimento religioso. E, ainda, tinha a finalidade “*cívica e nacionalista de despertar em seus alunos sentimento de brasilidade, ensinando-lhes a amar as coisas de seu país e respeitar seus grandes homens*”<sup>261</sup>.

Além da instalação de ETR, a administração do Comandante passou a ampliar a rede de Grupos Escolares. Até 1937, esta rede estadual contava com 838 escolas, sendo apenas 86 em dependências próprias. Segundo dados de Rubens Falcão, foram construídos 66 novos prédios e instalados grupos escolares nos mais diversos rincões da terra fluminense<sup>262</sup>. Não apenas a zona rural foi contemplada com a edificação de novas escolas. No bairro operário do Barreto, na capital do Estado, foi construído o prédio da Escola Industrial Henrique Lage, inaugurado em 1945, que se tornou escola-modelo para o ensino técnico-profissional do Estado.

O método de ensino empregado nas escolas urbanas também buscava manter valores interioranos. Um exemplo desta prática eram os Clubes Agrícolas das escolas. O poder público fornecia sementes, adubos, ferramentas e casais de animais, entre outros, para que fossem feitas as hortas e a criação de pequenos animais. Isto “*demonstra que as atividades ditas agrícolas são de inteira oportunidade na nossa vida urbana, podendo contribuir para a economia e a beleza do lar*”<sup>263</sup>.

Nesta proposta de transformação do homem para a construção do novo cidadão, foi regulamentado o ensino de Educação Física. A Secretaria de

---

<sup>260</sup> *Ibid.*, Art. 6, p. 2.

<sup>261</sup> *Ibid.*, Art. 12, p. 3.

<sup>262</sup> Rubens Falcão, *op. cit.*, p. 55-56.

<sup>263</sup> *Ibid.*, p. 64.

Educação e Saúde do estado do Rio criou a Divisão de Educação Física, em junho de 1939. Ela era responsável pela coordenação do ensino de Educação Física nas escolas e pela promoção de campeonatos colegiais, “*que anualmente se realizavam, assim como o desfile dos escolares do Dia da Pátria [que] são espetáculos de força e beleza, vigor e disciplina da mocidade fluminense*”. Eram de seus cuidados os parques infantis e a coordenação das colônias de férias criadas no período<sup>264</sup>.

O inventário das realizações de Falcão à frente do Departamento de Educação permite-nos observar que o projeto educacional formal do estado priorizou o ensino rural, seguindo as diretrizes políticas e econômicas da administração estadual. Neste sentido, uma outra iniciativa merece menção: as *Missões Culturais*, realizadas entre 1944 e 1945. Inspiradas nas missões educacionais mexicanas e chilenas, tinham como objetivos centrais conhecer e transformar hábitos e costumes das populações interioranas<sup>265</sup>.

Através das Missões Culturais muita coisa pode ser feita. O *desajustamento* em que vive a maior parte das populações do interior é, por si só, um problema em equação. Observá-lo, examiná-lo, estudar-lhes as causas e procurar corrigi-las representa uma contribuição das mais importantes e sérias<sup>266</sup> (grifo meu).

A primeira missão ocorreu entre 19 de abril e 2 de maio de 1944. Percorreu os municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro d’Aldeia e Cabo Frio e foi coordenada pelo pedagogo Paulo de Almeida Campos. A segunda missão dirigiu-se para o sul do estado, percorrendo os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, entre 8 e 27 de agosto de 1944, coordenada pelo médico César Leal Ferreira. O norte fluminense recebeu a última missão, entre 2 e 17 de maio de 1945, que percorreu as localidades de Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

As missões eram compostas de pedagogos, médicos, técnicos agrícolas, assistentes sociais e membros da Legião Brasileira de Assistência. A dinâmica de atuação dos “missionários” seguia um padrão. Eles chegavam às cidades e procuravam as professoras e os responsáveis pelo posto médico local. Inteiravam-se das condições médicas, educacionais e socioeconômicas da região. Sem criar

<sup>264</sup> *Idem.*, p. 83-85.

<sup>265</sup> *Idem.*, p. 127-131; do mesmo autor, **Missões Culturais**. Niterói: Imprensa Oficial, 1951.

<sup>266</sup> Rubens Falcão, *op. cit.*, p. 130.

um cerimonial pomposo, passavam a realizar pequenas palestras informais para os grupos locais, ensinando-lhes hábitos de higiene, novas técnicas pesqueiras e agrícolas e elementos de instrução formal. A estratégia para atração destas populações era, por exemplo, a exibição de filmes e canções educativas e folclóricas, a distribuição de folhetos e a prática de jogos. Nas palestras, utilizava-se uma linguagem simples e direta, que atingisse a comunidade local. Verdadeiras *bandeiras de penetração*, segundo Rubens Falcão<sup>267</sup>, as *Missões* foram estudadas por Martha Pereira das Neves Hees que as analisou como movimento que proporcionava grande interação entre os missionários e as populações visitadas. A autora considera que os missionários foram agentes que impulsionaram transformações nas realidades locais e que atendiam aos seus anseios. Teriam promovido a criação de uma consciência participativa entre as populações locais, e gerado um “*espírito*” de organização pela luta política e por transformações nas situações locais<sup>268</sup>. Tal suposição, por um lado, se deve à crença da autora no papel que a educação pode desempenhar na formação das pessoas. Por outro, Martha Hees leu de forma acrítica os depoimentos dos missionários endossando suas idéias em seu estudo. Um fragmento do “Diário” elaborado por Paulo Campos, transcrito por Rubens Falcão, registrava a opinião de um “*popular*” que participou das atividades realizadas em Arraial do Cabo, durante a primeira Missão, que assim se expressava: “*Se nós tivéssemos sabido que os senhores vinham aqui para isso, teríamos conseguido muita gente, pois é a primeira vez que somos visitados por gente do governo que não vem aumentar os impostos, nem pedir votos*”<sup>269</sup>. O próprio Falcão definia a interação entre os dois segmentos – missionários e população interiorana – como um dos objetivos das *Missões*

De sorte que as “*Missões*” tinham ainda esse objetivo: dar ao homem do povo oportunidade para manifestar livremente sua opinião. E essa opinião nunca deixou de ser apreciada, nunca ficou sem resposta um pedido. Escolas, postos de saúde, vias de comunicação e transportes foram estabelecidos em consequência desses apelos<sup>270</sup>.

<sup>267</sup> *Ibid.*, p. 126.

<sup>268</sup> Martha Pereira das Neves Hees. **As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro: Jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político.** Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000. p. 33.

<sup>269</sup> Rubens Falcão. **Missões Culturais.** Niterói: Imprensa Oficial, 1951. p. 16.

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 9.

Não se desconsiderando esse elemento, devemos, no entanto, estar atentos aos discursos produzidos pelos seus autores nos contextos vividos. *Novos Caminhos da Educação Fluminense e Missões Culturais* foram escritos em 1946 e 1951, respectivamente. Em 1946 o país passava pelo processo de constituição da democracia pós-Estado Novo. No estado do Rio vivia-se o processo de eleição do novo governador, Edmundo de Macedo Soares, que, inicialmente, tinha o apoio de Amaral Peixoto e que depois rompeu com o ex-interventor. Em 1951 o Comandante retornava ao Palácio do Ingá para governar o estado até 1954. Rubens Falcão, um dos fiéis aliados de Amaral Peixoto, construía assim, através desses textos, uma imagem de governante hábil e atuante para atender os anseios da população fluminense, democrático até quando o regime assim não o era.

As ações empreendidas na interventoria buscavam conferir ao dirigente estadual um papel de divisor de águas na história local. Essa imagem era reiterada na capital do país. Em 26 de junho de 1943, o jornal *A Manhã* manifestava-se elogiosamente acerca de uma conferência sobre o sistema educacional fluminense proferida por Rubens Falcão, na Associação Brasileira de Educação, naquele mesmo mês. E destacava:

Como se sabe, foi o estado do Ro, durante muito tempo, no começo da vida autônoma do Brasil, um dos centros de maior riqueza e cultura do país.

Muitos dos nossos maiores estadistas foram ali recrutados, e os progressos fluminenses, tomando a dianteira sobre as outras regiões nacionais, assumiram aspectos de notável relevo. Posteriormente, talvez em virtude da crise que atingiu as suas principais culturas, a do café e a da cana de açúcar, o primado econômico e cultural passou para outros estados, especialmente para São Paulo, e a terra de Alberto Torres e Quintino Bocaiúva deixou de florescer e perdeu a liderança que detinha a bom título. Há, agora, manifestações evidentes e palpáveis de renovação e reflorescimento. Sente-se que o povo trabalha com entusiasmo e que o governo do sr. Amaral Peixoto está sendo o fator essencial dessa transformação salutaríssima. O seu idealismo dinâmico e realizador está fazendo ressurgir a confiança e a ânsia de trabalhar e produzir<sup>271</sup>.

Associada à imagem de governante ágil que, nas esferas políticas e econômicas, estava promovendo a recuperação do estado e que, no campo educacional, estava formando o novo homem fluminense, veiculava-se seu papel de defensor e difusor das tradições fluminenses.

---

<sup>271</sup> Rubens Falcão. *Novos caminhos...* p. 141.

Atividades desenvolvidas pelo Departamento de Educação na década de  
1940:



⇐ Figura 16: Legenda original: “Tipo moderno de construção para escola isolada de zona rural”. Entre 1942 e 1945. Fonte: Rubens Falcão **Novos caminhos na educação fluminense**. Niterói: Imprensa Nacional, 1946.

⇒ Figura 17: Atividades dos Clubes Agrícolas. Entre 1942 e 1945. Fonte: Rubens Falcão. *op. cit.*



↑ Figura 18: Instalação dos cursos de férias para as professoras da rede estadual de ensino. Niterói, Liceu Nilo Peçanha, 1942. Ao centro, sentado, o interventor Amaral Peixoto e, de pé, Rubens Falcão. Fonte: Rubens Falcão. *op. cit.*

Figura 19: Uma aula de educação física. Local não identificado. Entre 1942 e 1945. Fonte: Rubens Falcão. *op. cit.*



Figura 20: Atividade das Missões Culturais em uma ilha de Mangaratiba, em 1944. Ao centro o médico sanitarista César Leal Ferreira ministrando noções de higiene.  
Fonte: Rubens Falcão. *op. cit.*

O Departamento de Educação possuía a seu encargo o Serviço de Difusão Cultural responsável por inúmeras iniciativas de incentivo e divulgação das artes no estado<sup>272</sup>. No campo das atividades mais ligadas à escola ficava a cargo desse setor o incentivo à produção de filmes educativos sobre o estado; a promoção da Biblioteca Circulante, dos Clubes de Leitura e do Clube Panamericanista nos Grupos Escolares; a comemoração do Dia do Patrono; a realização de palestras e excursões de cunho educacional e a organização dos Museus Pedagógicos. Fora do âmbito estritamente escolar, era um dos promotores do Salão Fluminense de Belas Artes, ministrava cursos de pintura, escultura e modelagem e artes decorativas; administrava o Museu Antônio Parreiras; criou a Orquestra Sinfônica do estado; e promoveu a edição de vários livros de autores e assuntos fluminenses<sup>273</sup>. Foi nesse momento, por exemplo, que se fez a segunda edição de *O Estado do Rio de Janeiro*, de José Mattoso Maia Forte<sup>274</sup>.

<sup>272</sup> *Ibid.*, p. 111-116.

<sup>273</sup> Rubens Falcão citou os seguintes livros publicados: *O tupi na cultura brasileira*, de Adauto Fernandes; *Casimiro de Abreu*, de Carlos Maul; *Do gênio da língua portuguesa*, de Henrique Lagden; *Vultos Fluminenses*, de Luiz Lamego; *O problema educacional*, de José Duarte; e *O Estado do Rio de Janeiro*, de José Mattoso Maia Forte.

<sup>274</sup> José Mattoso Maia Forte. **O Estado do Rio de Janeiro**. Ensaio para o estudo de sua história. 2ª ed. Niterói: Diário Oficial, 1945.

A criação do Museu Antônio Parreiras foi o ícone das ações da inteventoria no sentido da preservação da cultura local.

O Museu foi criado em 24 de janeiro de 1941, pelo decreto-lei nº 219, do interventor Amaral Peixoto, a partir da desapropriação do conjunto de construções pertencentes à família Parreiras, no bairro do Ingá, Niterói<sup>275</sup>. Antônio Parreiras (1860-1937) era considerado a maior expressão fluminense no mundo da pintura. Dedicou-se a diversas temáticas, entre elas a pintura histórica. Com estas obras, inseriu-se no debate sobre a constituição da nação brasileira<sup>276</sup>. Morto em 17 de outubro de 1937, consolidou-se a imagem de Antônio Parreiras como um dos ícones da intelectualidade fluminense e, em especial, a niteroiense, pois havia nascido e morrido nesta cidade<sup>277</sup>.



Figura 21: Museu Antônio Parreiras. 1942  
Fonte: Estado do Rio de Janeiro. **Museu Antônio Parreiras. Catálogo Ilustrado**. Niterói: s/ed., 1942. Acervo Pessoal.

<sup>275</sup> O Museu Antônio Parreiras situa-se na rua Tiradentes, n.º 47, Ingá, Niterói.

<sup>276</sup> Renato Vieira Tavares. **O Museu Antônio Parreiras: Memória e história de um pintor na administração de Jefferson D'Ávila Júnior**. Dissertação (Mestrado em história). Programa de História Social do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009, especialmente o capítulo I. cf também **ANAIS do Museu Antônio Parreiras**. Vol. I. 1952-1953. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1953. p. 50.

<sup>277</sup> Imagem essa que o próprio autor tratou de afirmar com as duas edições de sua autobiografia. Cf. Antônio Parreiras **História de um pintor contada por ele mesmo**. Niterói: Typographia Dias Vasconcellos & C., 1926. e \_\_\_\_\_. **História de um pintor contada por ele mesmo** (1881-1936). 2ª ed. Niterói: Diário Oficial, 1943.

A capital fluminense ainda vivia a morte de Parreiras, quando foi instaurado o regime do Estado Novo e o Estado do Rio passou a contar com a interventoria de Amaral Peixoto, o que permitiu que os projetos varguistas fossem implementados com maior autonomia. Inspirados nos ares modernistas, os intelectuais que compunham o Ministério da Educação e Saúde Pública debatiam as orientações das políticas de preservação do patrimônio histórico e artístico do país, propiciando a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. O Estado tomava para si as responsabilidades na preservação de uma memória nacional<sup>278</sup>. O SPHAN era tributário de uma concepção em voga nos EUA e na Europa: o museu biográfico ou a “casa-museu”. Estes defendiam a preservação do lugar onde o personagem a se reverenciar passou parte de sua vida, mesmo que este espaço não fosse preservado fidedignamente como era antes da transformação em museu, como é o caso do Museu Imperial de Petrópolis, onde se forjou uma imagem da monarquia através da transferência para lá de móveis e objetos que originalmente não lhe pertenciam<sup>279</sup>.

É nesse sentido que se pode compreender a iniciativa de Lucienne Parreiras, viúva do pintor, e dos filhos do artista em buscar o amparo estatal para a criação do museu e a acolhida do dirigente estadual para tal empreendimento<sup>280</sup>.

As considerações que justificam o texto legal são exemplares no sentido apresentar o Estado como o grande responsável pela preservação da memória local:

Considerando que é dever do Estado reverenciar a memória dos seus grandes filhos, daqueles que contribuíram, por qualquer forma, para enaltecer e dignificar a terra em que nasceram;

Considerando que entre os nomes de seus maiores já desaparecidos conta o estado do Rio de Janeiro com o de Antônio Parreiras, o pintor genial que ainda em vida, fora consagrado o mais eminente dos artistas brasileiros;

Considerando que deve ficar perpetuada na veneração do povo fluminense a figura exemplar desse grande brasileiro que tanto elevou, pelo talento artístico, pela dedicação ao trabalho e pelo valor de suas produções, o nome do estado natal e do Brasil;

<sup>278</sup> Lauro Cavalcanti (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 2000.

<sup>279</sup> Renato Tavares, *op. cit.*, p. 59.

<sup>280</sup> **ANAIS do Museu ...**, p. 10.

Considerando que o parecer da comissão de artistas nomeada pelo Governo para avaliar as obras do pintor patricio supera a proposta apresentada pelo inventariante do espólio para aquisição, por parte do Estado;

Considerando que tem este por dever preservar o culto e a admiração dos porvindouros o patrimônio artístico do grande mestre da pintura nacional erguendo-lhe, ao mesmo tempo, um monumento que evoque permanente a sua memória<sup>281</sup>.

A inauguração solene do Museu ocorreu um ano após o ato legal, em 20 de janeiro de 1942. Esta fora celebrada pela intelectualidade local e carioca como um exemplo a ser reconhecido e seguido em outros lugares. Nogueira da Silva, membro da Federação das Academias de Letras do Brasil, em nome da instituição que representava, enviou uma carta considerando a iniciativa uma “*lição de patriotismo*” já que “*a resolução de S. Ex.<sup>a</sup> vem dotar o país do primeiro instituto desse gênero, sem similar mesmo na Europa, porque fundações semelhantes, lá fora, são obras de particulares; [e que] esse ato administrativo de relevante significação cultural, representa uma radiosa lição de patriotismo aos nossos estadistas porque jamais praticada na administração pública nacional*”<sup>282</sup>.

José Carlos de Macedo Soares, presidente da Academia Brasileira de Letras, congratulava-se com o interventor pela iniciativa e louvava sua política preservacionista:

Com esse ato demonstrou, mais uma vez, S. Ex.<sup>a</sup> o quanto preza a memória dos artistas e intelectuais fluminenses. Todos se recordam ainda o belo mausoléu de Alberto de Oliveira, custeado pelo governo de S. Ex.<sup>a</sup>, que assim quis testemunhar o muito que lhe merecia a memória do grande poeta. As cerimônias comemorativas do centenário de Salvador de Mendonça tiveram grande brilho o ano passado, em Itaboraí, pátria desse escritor. Já adquiriu, para o Estado, a casa onde nasceu Raul Pompéia, em Angra dos Reis, e pretende fazer o mesmo com outras casas que relembram os grandes valores intelectuais fluminenses<sup>283</sup>.

O Museu, o primeiro museu biográfico do país, representava um *lugar de memória* para a intelectualidade fluminense, no sentido que lhe dá Pierre Nora. Espaço de celebração da memória do que já não é vivido, seria um dos meios de perpetuação de uma realidade já desaparecida ou em desaparecimento<sup>284</sup>. Para que

<sup>281</sup> Decreto-lei nº 219, de 24 de janeiro de 1941. In: *Ibid.*, p. 10.

<sup>282</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>283</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>284</sup> Pierre Nora. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História Revisitada**. Programa de Estudos pós-graduandos em história do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, nº. 10, 1993, p. 14.

não pereça totalmente, é necessário manter um espírito celebrativo, “*é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais*”<sup>285</sup>.

Esse espírito celebrativo era uma das ações às quais o seu diretor se dedicava. O primeiro diretor da instituição foi Pedro Campofiorito, que a dirigiu até seu falecimento em 1945. No ano seguinte, assumiu a direção Jefferson D’Ávila Júnior, que imprimiu uma série de ações para tornar o Museu uma das principais instituições culturais do antigo estado do Rio de Janeiro durante sua gestão, que se estendeu até 1973, quando faleceu. Logo que assumiu a direção do Museu, D’Ávila Júnior instituiu as celebrações do 20 de janeiro. Efeméride dupla já que nesta data poder-se-ia celebrar o natalício do pintor e a criação do Museu. Fazia-se então a “*romaria da saudade*”. Congregavam-se autoridades do governo estadual, da municipalidade de Niterói e membros da intelectualidade niteroiense ao redor do busto, erguido em homenagem a Antônio Parreiras, na praia de Icaraí<sup>286</sup>. Nestas solenidades, discursavam políticos e intelectuais, rememorando a vida do pintor e exaltando as atividades do diretor do Museu na preservação de sua memória.



Figura 22: Romaria da Saudade. Década de 1980.

Fonte: Renato Vieira Tavares. **O Museu Antônio Parreiras**. Dissertação (Mestrado em história). Programa de História Social do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009. p. 98

<sup>285</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>286</sup> **ANAIS do Museu...** p. 152.

O Museu Antônio Parreiras passou a ser um dos órgãos responsáveis pelo Salão Fluminense de Belas Artes e um espaço de incentivo à produção de obras que tivessem como temática central aspectos fluminenses, além de instituir-se como locus de formação de novos artistas plásticos. Em meados de 1942, para o Salão daquele ano – o segundo a realizar-se –, o governo estadual instituiu prêmios para os expositores que apresentassem “*trabalhos sobre assuntos fluminenses*” e, a partir daí, as telas premiadas seriam incorporadas ao acervo do Museu<sup>287</sup>. Jefferson d’Ávila Júnior foi um dos responsáveis pela criação do Curso de Belas Artes, em 1945, para a formação de jovens artistas e que visava, assim, criar um grupo de pintores, e escultores, e capaz de, através das tintas, exaltar a identidade do estado do Rio.

O Museu também deveria desempenhar o papel de guardião das tradições do estado. Era desejo do diretor que ele fosse o repositório do “*patrimônio fluminense*”. Caso que bem ilustra este ideário foi o da aquisição da pinacoteca Alberto Lamego. Durante doze anos (1908-1920) este historiador viveu na Europa e adquiriu livros, manuscritos, objetos de arte e uma vasta pinacoteca. Nos anos de 1930, já residindo na cidade do Rio de Janeiro, passou a desfazer-se de suas coleções. A biblioteca Lamego fora adquirida por Mário de Andrade para a municipalidade de São Paulo. Jefferson d’Ávila Júnior considerou esta compra a perda de um “*patrimônio fluminense*”. A pinacoteca, porém, foi “*adquirida pelo governo e mandada recolher ao Museu Antônio Parreiras*”. Com isto, o Estado cumpriu seu papel de defensor do patrimônio local e o Museu consolidava seu papel de centro das belas artes e de preservador da memória fluminense.

Não apenas das artes plásticas viviam o Museu e o seu diretor. Suas dependências eram cedidas para as celebrações acadêmicas da Academia Niteroiense de Letras. Segundo Wanderlino Teixeira Leite Neto, o Museu abrigou diversas solenidades desta agremiação até pelo menos 1957<sup>288</sup>. Jefferson D’Ávila Júnior foi um dos seus fundadores e era ativo membro das demais agremiações culturais fluminenses. O museu era um espaço de vital importância na vida cultural niteroiense.

<sup>287</sup> *Ibid.*, p. 153-155.

<sup>288</sup> Wanderlino Teixeira Leite Neto. **Dança das cadeiras**. História da Academia Niteroiense de Letras (Junho de 1945 a setembro de 2000). Niterói: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001.

As iniciativas políticas, econômicas e educacionais/culturais durante a interventoria de Amaral Peixoto, baseada na zona rural e nos considerados valores locais, propiciaram-lhe sólida base política no estado do Rio de Janeiro por mais de uma década. A década de 1950 foi um momento-chave para o estado do Rio. O amaralismo, formado durante o Estado Novo, lançou mão de um projeto para o Estado que envolveu todas as esferas da vida na sociedade fluminense – política, econômica, social e cultural. Um projeto alicerçado politicamente no norte fluminense – a região de maior dinamicidade econômica do Estado, por suas atividades agropastoris, projeto que se voltou para a formação de um novo homem fluminense, fixado em suas regiões e tradições, e civilizado em seus hábitos de higiene e instruído nos conhecimentos humanísticos e cívicos. No discurso de valorização da história agropastoril do Estado, buscava-se sempre recuperar a imagem da Velha Província. Este continuísmo agrário, segundo Silva Pantoja Castro, limitou as políticas de industrialização do Estado, mas não impediu que fossem implementadas medidas eficazes no projeto de criação de um novo homem fluminense. Associar inovação e tradição era o tenso movimento em que estavam pautadas as reflexões intelectuais de homens do governo ou das agências de promoção cultural do período: as agremiações literárias e técnicas do estado.

O mundo literário e político de então mantinha íntimas relações. O livre trânsito dos membros das academias literárias nos departamentos oficiais do governo conformou o pensamento de uma geração de intelectuais que buscava resgatar a Velha Província de um certo ostracismo político, econômico e cultural em que se encontrou desde o advento da República<sup>289</sup>. Este resgate das supostas tradições locais levava-os a se dedicar aos que seriam os mantenedores das raízes da região: os homens do campo. E para conhecê-los voltavam-se para a história. Foi nesse momento que foram editadas várias obras sobre as localidades. A história colaboraria no processo de criação/consolidação da identidade da região. Uma identidade geralmente valorizada, em que se destacavam as especificidades e o pioneirismo local, com vistas a demonstrar que o fluminense era um grupo de destaque na constituição da história, da nação e da identidade nacional. Essa história, no entanto, não era alvo apenas daqueles que faziam seus estudos particulares. Ela era incentivada e divulgada através de instituições e movimentos

---

<sup>289</sup> Marieta de Moraes Ferreira. **Em busca da Idade do Ouro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

intelectuais que contavam com o apoio da administração pública para suas iniciativas e que passaremos a analisar.

## 4.2

### **Associações e movimentos de valorização da história regional nos anos de 1940/1950**

#### **4.2.1 – O Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro**

O Diretório Regional de Geografia do estado do Rio de Janeiro configurou-se, para o período em questão, como uma das principais instituições promotoras de estudos da história regional. Essa instituição foi criada em março de 1938, após o surgimento do IBGE e do Conselho Nacional de Geografia (CNG)<sup>290</sup>, órgãos que expressavam a institucionalização dos estudos geográficos no Brasil. Segundo José Veríssimo da Costa Pereira, a criação do IBGE, em 1937, e o surgimento dos primeiros cursos universitários de geografia, entre os anos de 1930 e 1940, imprimiram uma orientação científica aos estudos desta área<sup>291</sup>. Era diretriz do CNG inventariar e discutir a realidade brasileira. Esquadrinhava-se o território, identificava-se a população, levantavam-se os potenciais físico-naturais de desenvolvimento econômico. Tudo isso feito objetivando realçar o conjunto da pátria nacional. José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, em 1948,

---

<sup>290</sup> Relatório das atividades geográficas do estado do Rio de Janeiro, verificadas durante o ano de 1952 e apresentado pelo Diretório Regional de Geografia à XIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 6, 1953, p. 87. Doravante, os relatórios serão citados apenas como Relatório, com o ano específico, por exemplo: Relatório de 1952.

<sup>291</sup> José Veríssimo da Costa Pereira. A Geografia no Brasil. In: Fernando de Azevedo, (Org.). **As ciências no Brasil**. Vol. 1. São Paulo Melhoramentos, s/d. p. 315-412. Ver também Eli Alves Penha. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações/IBGE, 1993.

afirmava que essas ações “*têm sempre a preocupação da pátria, mas a pátria integral, sem nenhum espírito de regionalismo*”<sup>292</sup>.

Para conhecer as partes que compunham o todo, o IBGE criou uma estrutura nacional com os diretórios regionais de geografia. Apesar de ser uma instituição sob jurisdição federal, seu efetivo funcionamento coube à administração estadual<sup>293</sup>. O Diretório ficou a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Seu presidente era o Secretário titular da pasta. Luiz de Souza, então diretor do Departamento de Engenharia, foi nomeado secretário do Diretório e era quem respondia pela presidência, na impossibilidade do titular. Na verdade, o grande administrador do DRGERJ foi Luiz de Souza, que permaneceu no cargo desde sua criação (1938) até, pelo menos, 1965, ano em que foi publicado o último número do *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, publicação oficial do órgão<sup>294</sup>.

O Diretório montou uma estrutura de atuação em todo o Estado, com a criação de diretórios municipais e com a nomeação de informantes distritais<sup>295</sup>. Uma das primeiras iniciativas do DRGERJ foi a realização de um plano de investigação sobre aspectos geográficos, com vistas a estabelecer os marcos limítrofes dos municípios e do estado<sup>296</sup>. Tais levantamentos serviriam de base para a constituição de uma nova Carta Geral do Estado e para tal foi criado um departamento específico. Também foram criadas divisões administrativas que orientavam os planos de urbanização e de colonização do interior. Tais ações demonstram que o Diretório seguia os preceitos que norteavam a administração amaralista do estado: diagnosticar a realidade local e intervir em sua direção sem, no entanto, alterar seu perfil agrário. As ações do Diretório objetivavam civilizar o

<sup>292</sup> Assim se referiu José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, quando da assinatura do convênio firmado entre o Instituto e o Governo do estado do Rio de Janeiro para a elaboração da carta corográfica fluminense (1948). In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 139.

<sup>293</sup> A terceira resolução do Diretório estabeleceu sua estrutura, que deveria ser composta de membros de diversos departamentos do governo do estado. Cf. Resolução nº 3, de 17 de março de 1939. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro** Rio de Janeiro, nº 2, 1949, p. 166.

<sup>294</sup> Luiz de Souza publicou, nos Anuários, todos os relatórios anuais – desde a criação do Diretório – que elaborava como prestação de contas para o Conselho Nacional de Geografia. São fontes preciosas relativas ao conhecimento geográfico no estado do Rio de Janeiro e do significado que lhes era dado pelo governo estadual.

<sup>295</sup> Relatório de 1944 In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 194., p. 256.

<sup>296</sup> Havia, desde o Império, litígios entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro por causa de seus limites fronteiriços. Foram formadas comissões mistas, com representantes destes estados, para estabelecer definitivamente as fronteiras. Cf. Relatório de julho de 1939 a junho de 1940. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 243.

espaço urbano das cidades interioranas e fixar o homem em sua terra. Até a década de 1950, Luiz de Souza destacou o papel do DRGERJ em orientar os planos urbanísticos de vilas e cidades interioranas e na criação e no desenvolvimento de um sistema de colonização “moderno”, como o que foi efetuado em Sodrelândia, no município de Trajano de Moraes.

Em 1946, a Secretaria de Viação e Obras Públicas criou o Departamento Estadual de Geografia (DEG)<sup>297</sup> e Luiz de Souza foi nomeado seu diretor. O DEG foi criado como mais um mecanismo para a valorização da “*ciência geográfica*” no território fluminense e desvinculou uma série de atribuições do Diretório Geográfico, que se manteve como a instituição representativa do IBGE no Estado<sup>298</sup>. As atividades que o Diretório desenvolvia em nome do governo estadual – planos de urbanização, as cartas geográficas, etc. – passam a ser relacionadas como atividades do DEG, nos relatórios anuais que Luiz de Souza apresentava ao Conselho Nacional de Geografia. Como este acumulava a direção dos dois órgãos, houve continuidade das atividades geográficas, sem prejuízo de nenhuma das duas instituições.

A geografia, nos anos de 1950, era considerada uma das ciências-chave para a compreensão da realidade do país e do estado e para a promoção de iniciativas que visassem a sua recuperação socioeconômica. Em uma palestra na Associação Comercial de Niterói, em 1954, Luiz de Souza expressou o lugar que conferia à geografia no período:

O progresso ultimamente alcançado, neste ramo da ciência, vem projetando o plano da geografia, numa das mais elevadas posições em relação às demais atividades científicas. [...] Prodigiosas forças que impulsionam o crescimento vertiginoso de nossa pátria, apóiam-se na ciência geográfica, de onde tiram recursos poderosos para a alimentação das fontes produtivas para o planejamento e conseqüente execução das vias para o transporte e para outros valiosos adventos da riqueza nacional<sup>299</sup>.

A geografia era tida como um dos conhecimentos primordiais para a promoção do desenvolvimento nacional e regional. Luiz de Souza passou a

<sup>297</sup> O Departamento de Geografia foi criado em 13 de maio de 1946. Cf. Relatório de 1946. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 264.

<sup>298</sup> Relatório de 1947. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 265.

<sup>299</sup> Luiz de Souza. Domínios da Geografia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 7, 1954, p. 67 e 68

apresentar as principais iniciativas do Departamento Estadual de Geografia e do Diretório Regional de Geografia do estado do Rio de Janeiro nesse sentido: os planos de recuperação econômica da Baixada Fluminense – orientando as populações locais sobre as “modernas” técnicas agrícolas e direcionando a colonização do interior – e de “urbanização das cidades e vilas fluminenses”.

As atividades desenvolvidas pelo Diretório eram substanciadas pelos levantamentos, inventários, diagnósticos e análise das realidades locais. Por isso, era importante que as agências municipais e os informantes distritais fornecessem um manancial de dados que orientassem essas ações.

Outras duas estratégias de fomento da produção de conhecimento sobre as localidades eram os concursos de monografias e a publicação do *Anuário*.

Em 1941, o Diretório deu início ao *Concurso de Monografias de Aspectos Municipais*. Conforme divulgou Luiz de Souza, estes concursos atraíam a participação de homens de letras de todo o estado, apresentando trabalhos sobre as mais diversas regiões fluminenses. Com sua divulgação “notou-se um movimento de aplauso à iniciativa, pois, na realidade, vários estudiosos aguardavam uma oportunidade para revelar certos conhecimentos geográficos especiais adquiridos, e daí, sentiram-se satisfeitos com ensejo que lhes foi oferecido”<sup>300</sup>. Há referências sobre sua realização durante toda a década de 1940 sendo que alguns dos trabalhos premiados foram publicados no *Anuário*.

Sob a direção de Luiz de Souza foi criado o *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, “para que fiquem assinalados os acontecimentos históricos de cunho geográfico de interesse, relacionados, sempre que possível, com a vida política, social e geográfica fluminense”<sup>301</sup>. O *Anuário* era o veículo de divulgação do “movimento geográfico” do estado. Além de artigos resultantes de pesquisas desenvolvidas por geógrafos e historiadores, o periódico publicava os relatórios anuais do Diretório apresentados ao Conselho Nacional de Geografia, as deliberações por ele aprovadas; discursos de posse dos presidentes do IBGE, textos sobre Congressos Geográficos nacionais e internacionais nos quais o estado era representado; e listagens de fontes – como relações de governantes do estado, dados populacionais do Brasil, do estado e dos municípios – e bibliografia.

<sup>300</sup> Relatório de julho de 1940 a junho de 1941. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 250.

<sup>301</sup> Resolução nº 98, de 1 de abril de 1948. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 2, 1949, p. 205.

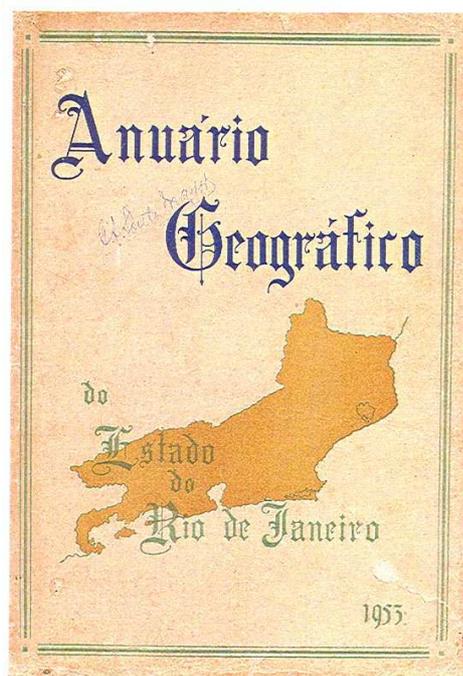


Figura 23: Capa do Anuário de 1953  
 Fonte: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, Ano VI, nº . 6, 1953. Acervo pessoal

Os artigos dedicados à história fluminense abrangiam quatro temáticas: toponímia, colonização, biografias e municipalidades.

A questão da nomenclatura de logradouros públicos foi alvo da resolução 233, de 15 de julho de 1948 do Conselho Nacional de Geografia. Segundo tal resolução cabia aos Diretórios Regionais promover estudos para sua normalização<sup>302</sup>. Essa sistematização gerou várias mudanças na terminologia de localidades do estado. Tais resultados foram publicados em listagens no *Anuário* e ensejou a criação do *Dicionário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro – Vocabulário distribuído por municípios* publicados em dois volumes<sup>303</sup>. A toponímia não era uma questão apenas etimológica. Para Gilberto Freyre era “*um dos meios de expandirmos cientificamente a curiosidade pelo passado humano, pelas relações inter-humanas, pela lutas de adaptação do homem a diferentes*

<sup>302</sup> Valdemar Paranhos de Mendonça. Denominação e classificação dos logradouros públicos. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 1, 1948, p. 113-114.

<sup>303</sup> *Dicionário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro – Vocabulário distribuído por municípios*. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 6, 1953, p. 187-286 e nº 7, 1954, p. 207-302.

*regiões. Pois de tudo isso o homem deixa marcas nas palavras*”<sup>304</sup>. O nome de uma localidade guardaria, assim, uma significância histórica. Conhecer o porquê de sua escolha para identificar uma localidade significava ter acesso a experiências históricas comuns a um determinado grupo que se fixara em um certo lugar. Nesse sentido é emblemático o artigo de Myrtaristides de Toledo Piza, *Um falso inconfidente*<sup>305</sup>. Neste texto, o autor busca desvendar a verdadeira história do nome de Amparo, uma localidade de Nova Friburgo, que teve seu nome alterado para Refúgio naquele momento. Segundo a tradição local, a denominação teria sido criada por ocasião da chegada de Jerônimo de Castro e Souza àquela localidade. Esse personagem fora oficial do exército português que supostamente teria se envolvido na Inconfidência Mineira e que ali aportara obtendo assim o “*amparo*” desejado. Tal versão estaria sendo consolidada em estudos de historiadores como Galdino do Vale Filho e Acácio Ferreira Dias que, além de basearem-se na tradição coletiva, chegaram a coletar dados junto à família do suposto inconfidente. No entanto, para Toledo Piza, essa versão não seria verídica, pois os *Autos da Inconfidência Mineira* publicados pelo Ministério da Educação no período lhe forneciam provas contrárias. Segundo tais documentos, o alferes Jerônimo de Souza era na verdade um dos algozes de Tiradentes, pois fora um daqueles que depuseram contra o inconfidente. Após transcrever trechos de seu depoimento na Devassa, sentenciava Toledo Piza:

É de corrigir-se, portanto, o equívoco, até aqui verificado, em torno do nome de Jerônimo de Castro e Souza. Se andou ele por Amparo, a vencer as selvas, a fugir do ambiente da Corte, não foi para livrar-se das perseguições governamentais da época, mas talvez para esquecer o seu gesto ignominioso. Bem avisadas andaram, pois, as nossas autoridades mudando o nome de Amparo para Refúgio. Jerônimo de Castro e Souza fica, desse modo, e com justiça, esquecido, ou apenas lembrado como reflexo negro de Joaquim Silvério dos Reis<sup>306</sup>.

O estudo da toponímia local era assim uma estratégia para reflexão sobre a identidade local. Identidade essa que não poderia ser alicerçada em falsas histórias

<sup>304</sup> Gilberto Freyre. Prefácio. In: Mario Marroquim. A língua do Nordeste. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. *Apud.* Sebastião da Silva Furtado. A toponímia e a cartografia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 13, 1960, p.132.

<sup>305</sup> Myrtaristides de Toledo Piza. Um falso inconfidente. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 2, 1951, p.33-36.

<sup>306</sup> *Ibid.*, p. 36

e, por isso, era necessário que se verificasse as origens dos nomes. O nome era uma forma de promoção da verdade histórica.

Outra temática destacada era a da colonização. Imprimir diretrizes para que ela ocorresse com êxito no território fluminense foi uma das ações do Diretório. A região da Baixada Fluminense era um dos principais alvos de interesse da administração estadual. Desde princípios do século a região sofria intervenções federais e estaduais visando erradicar doenças e torná-la celeiro de abastecimento de gêneros agrícolas para o Distrito Federal<sup>307</sup>. O Diretório planejara um núcleo-piloto no município de Trajano de Moraes, Sodrelândia. Este

não só para colonizar terras devolutas que o estado ali possui, como para restaurar o valor humano nacional e fluminense, oferecendo-lhe novas possibilidades; ainda produz tal tarefa mais um benefício, que é o de estudar-se o assunto da recuperação em todos os ângulos, daí derivando uma coleta valiosíssima de dados, de elementos, de observações, para o objetivo final que é a colonização da Baixada<sup>308</sup>.

Tema caro à administração estadual suscitava o conhecimento das experiências colonizadoras que se desenvolveram em solo fluminense no período precedente. Hugo de Lima Câmara sumariou as experiências de imigração direcionada de suíços, em Nova Friburgo; alemães, em Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa, Macaé, Angra dos Reis, São Fidélis e Barra do Piraí; e belgas, em Campos. Voltava-se à história buscando as origens de uma ação cara à administração do período: a colonização. O inventário histórico das experiências anteriores apresentava os seus êxitos e suas falhas. Estas seriam norteadoras daquelas que se projetavam nos anos quarenta do século XX.

Os estudos biográficos aparecem como a terceira temática histórica presente no *Anuário*, especialmente daqueles personagens ligados ao desenvolvimento de estudos geográficos sobre o estado. Estes, geógrafos, historiadores ou personagens históricos, deveriam ter seus esboços biográficos registrados para que se prestassem “*homenagens e não poucas serão ainda as manifestações, de todo gênero, em torno da vida e das obras desse verdadeiro varão Plutarco, digno por isso mesmo, de glorificação máxima por parte de sua geração e das porvindouras*” como escrevera Luiz Palmier sobre José Mattoso

<sup>307</sup> Pedro Pinchas Geiger; Myriam Gomes Coelho Mesquita. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. 1951-1953. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1956.

<sup>308</sup> Luiz de Sousa. *op. cit.*, p. 75-76

Maia Forte<sup>309</sup>. Reverenciar-lhes a memória e tomar-lhes a vida como exemplo de dedicação ao Estado e ao conhecimento histórico e geográfico era uma função desses escritos. As trajetórias dos intelectuais que dedicaram suas vidas aos estudos dos assuntos fluminenses os colocam como pioneiros e desbravadores desses estudos, como aqueles que a eles se dedicaram por se identificarem com sua terra natal ou adotiva<sup>310</sup>. Verdadeiras obras cívicas eram seus estudos e por isso não poderiam ser esquecidas. Por outro lado aqueles estudos que abordavam personagens históricos como Araribóia ou Benta Pereira os apresentavam como ícones, heróis, que por suas vidas e lutas dignificaram o território fluminense<sup>311</sup>.

Por fim, temos os artigos dedicados à história local.

Em três números do *Anuário* foram publicados textos de Eduardo Rodrigues de Figueiredo sobre Maricá<sup>312</sup>. Abaixo do título e da identificação do autor, “*Membro do Diretório Municipal de Geografia de Maricá*”, há, em todos os artigos, uma nota explicativa onde afirmava ser o trabalho que era dado a lume parte de um livro sobre essa cidade que em breve seria lançado e que tomaria o título de *Notas para a história de Maricá*. É interessante notar que o que se compreendia aí como elementos integrantes à construção da história local não se restringiam apenas a narrativa sobre o passado, incorporavam, por exemplo, uma minuciosa descrição da flora e da fauna maricaense. O próprio artigo que toma o nome homônimo ao livro no prelo incorporara uma extensa parte dedicada à questão florestal na cidade, em que é historicizado o processo de desmatamento e se propõe um plano de educação ambiental e de reflorestamento e organização de um parque municipal. A flora e a fauna, aspectos do meio geográfico, eram

<sup>309</sup> Luiz Palmier. Grandes vultos fluminenses. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 5, 1952, p.145-156.

<sup>310</sup> Apenas a título de exemplificação vale citar os estudos biográficos de três intelectuais que faleceram no ano de 1955 e que deixaram “*uma lacuna que dificilmente poderá ser preenchida*”. Vultos da Geografia fluminense. Professor Luiz Palmier. Professor José Veríssimo da Costa Pereira. Professor Eduardo Rodrigues de Figueiredo. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 8, 1955, p.151-162..

<sup>311</sup> Arariboia foi biografado por Luís Lamego e Benta Pereira por Alberto Lamego. Cf. Luís Lamego. Araribóia. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 3, 1950, p.167-170. Alberto Lamego. Vultos da história fluminense. As heroínas Benta Pereira de Souza e sua filha Mariana Barreto no passado glorioso da Terra Goitacá. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 12, 1959, p.192-197.

<sup>312</sup> Eduardo Rodrigues de Figueiredo. Toponímia de Maricá. In: **Anuário Geográfico Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. N.º. 02. 1949. p. 15-31.

\_\_\_\_\_. A flora e a fauna de Maricá. **Anuário Geográfico Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. N.º. 03. 1950. p. 13-47. \_\_\_\_\_. Notas para a história de Maricá. In: **Anuário Geográfico Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. N.º. 04. 1950. p. 33-67.

tomados como elementos importantes na caracterização e contextualização da história local.

Em 1958 publicava-se um estudo inédito de Alberto Lamego, *Macaé à luz de documentos inéditos*<sup>313</sup>. Vinha o artigo anotado por Zeide C. Moreira, geógrafo do CNG, e que se responsabilizou por atualizar dados desse texto escrito antes da morte do historiador em 1951. Trata-se um estudo de 152 páginas onde Lamego traçou o panorama histórico da localidade até o século XIX nos dez primeiros capítulos. Os três capítulos seguintes foram dedicados às biografias dos ilustres nativos. Nos quatro últimos, fez um inventário corográfico do local: aspectos naturais – topografia, hidrografia, flora e fauna, etc. – e divisão político-administrativa, produção, imprensa, associações e dados sobre a instrução local.

Em ambos autores citados observamos então que a história local não se fazia descolada dos elementos geográficos. A história local só era passível de ser construída a partir da associação desses dois elementos: o meio (geografia) e o passado (história). Esses estudos colocavam-se uma questão de maior envergadura: como a localidade em análise poderia atuar no processo de revitalização política e econômica que então se desenvolvia. E para respondê-la um leque de dados eram reunidos, destacando, nesses casos, a história. Ela era compreendida como aquela capaz de dignificar o local, pois no ordenamento cronológico dos fatos, nas sinopses biográficas dos filhos ilustres, apresentava-se o que ela fora outrora. Que em tempos idos aquela faixa do território do estado dera sua contribuição para a construção de um tipo específico, o fluminense, e que colaborara no esplendor imperial. Era a história que podia apresentar as vocações locais onde seriam investidos os recursos do estado para que o dado município pudesse integrar-se no processo de revitalização que se implementava. Nesse sentido é mestra da vida, pois exemplar. Por outro lado, a narrativa realçava um processo que estabelecia continuidades entre o passado e o presente, projetando-se para o futuro. A história demonstraria assim um sentido progressivo. O presente se configurava pelo passado, mas não se confundia com ele, não eram a mesma coisa. O presente forma-se pelo passado mas caminhava em um sentido progressivo. A narrativa cronológica evolutiva, demarcando fases e períodos superados, indicava que o presente era mais uma etapa do devir venturoso.

---

<sup>313</sup> Alberto Lamego. *Macaé à luz de documentos inéditos*. In: **ANUÁRIO Geográfico Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE. N.º. 11. 1958. p. 1-152.

O DRGERJ foi, assim, um importante *locus* de promoção da produção do conhecimento histórico sobre o estado nas décadas de 1940 e 1950. Essa história estava associada à Geografia, e seus estudos estavam relacionados às temáticas caras ao Diretório e às iniciativas da administração estadual em seu projeto de soerguimento sócio-econômico do estado alicerçado no agro-fluminense.

#### **4.2.2 - Estudos Fluminenses: a Faculdade Fluminense de Filosofia e a identidade regional**

*Estudos Fluminenses* foi o nome de batismo de um curso de extensão promovido pela Faculdade Fluminense de Filosofia entre novembro de 1953 e janeiro de 1956. Não se tratava de um curso de História do estado, mas, na verdade, de um fórum de discussão sobre a situação sócio-econômica e a cultural local. Apesar de não ser um curso de história, esta fazia parte do conjunto das preocupações daqueles que ali desenvolveram suas conferências.

O *Curso de Estudos Fluminenses* materializava os esforços da Faculdade Fluminense de Filosofia em se firmar como um espaço privilegiado de reflexão sobre o estado em um momento em que os discursos políticos e intelectuais locais afirmavam como sendo de recuperação, de soerguimento da terra fluminense no cenário político-econômico nacional. Nesse contexto, a história e a identidade regional se colocavam como pontos de pauta entre aqueles que projetavam a construção de um novo estado e de um novo homem fluminense. Entre os debates que então se travavam, a constituição de uma universidade local era tida como elemento importante para esses novos tempos.

##### **4.2.2.1 - Projetos de constituição de uma universidade no Estado do Rio de Janeiro**

A historiografia que vem analisando a história da criação da Universidade Federal Fluminense e o papel desempenhado pela Faculdade Fluminense de Filosofia nesse processo, destaca a figura de Durval Baptista Pereira como seu

principal agente atuante<sup>314</sup>. Ao descrever as ações profissionais de Durval Pereira, José Ribas Vieira afirmou que estas consolidavam seu “*projeto pessoal*” de criação de uma universidade no estado do Rio de Janeiro.

[Os] espaços profissionais só serviriam ao professor Durval de Almeida Baptista Pereira para consolidar o seu projeto pessoal de criar uma universidade no antigo Estado do Rio de Janeiro. Assim, um passo importante dessa estratégia de instituir a universidade fluminense, dentro dessa visão pessoal do professor Durval Baptista que a ele destinava essa vocação histórica em instituí-la, foi a fundação da Faculdade Fluminense de Filosofia.<sup>315</sup>

Tal imagem se deve, em grande medida, ao esforço do próprio Durval Pereira em atribuir-se um papel preponderante nesse processo. Essa auto-imagem era construída e divulgada de várias formas, entre elas, nas aulas inaugurais de cursos da Faculdade Fluminense de Filosofia, nos discursos pronunciados em situações diversas, na organização do *Anuário* desta instituição<sup>316</sup> e em um dos primeiros livros sobre a história da Universidade Federal Fluminense<sup>317</sup>.

Sem dúvida o professor Durval Pereira é um personagem central na compreensão desse processo. No entanto, este não se tratava apenas de um “*projeto pessoal*” desenvolvido na década de 1940. Os primeiros debates sobre a formação da universidade do Estado do Rio de Janeiro remontam aos anos de 1930, durante a elaboração da constituição estadual de 1936.

As primeiras instituições de ensino superior do território fluminense foram a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1912), a Faculdade Livre de Direito (1912) e a Faculdade de Medicina (1926). Inicialmente surgidas como instituições privadas, foram sendo oficializadas, ou seja, passaram a cargo do governo estadual, nas décadas de 1910 e 1920<sup>318</sup>. A década de 1920 foi também um momento de intensos debates sobre a formação de uma universidade brasileira,

<sup>314</sup> José Ribas Vieira. **A Universidade Federal Fluminense: De um projeto adiado à sua consolidação institucional; Subsídios para uma interpretação.** Niterói: Oficinas Gráficas da Imprensa Universitária da UFF, 1986[?]. p. 34. Márcio Fonseca. **Faculdade Fluminense de Filosofia. Gênese e desenvolvimento (1946-1961).** Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

<sup>315</sup> José Ribas Vieira, *op. cit.*, p. 34.

<sup>316</sup> **Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia.** Niterói: Gráfica Falcão, 1957.

<sup>317</sup> Durval Batista Pereira. **Contribuição para a história da Universidade Federal Fluminense.** A luta para sua criação e os fatos que geraram as crises dos primeiros tempos de sua existência de 1947 a 1966. Niterói: s/n, 1970[?].

<sup>318</sup> *Ibid.*, p. 10-15.

materializada na criação da Universidade do Rio de Janeiro, que congregava as escolas superiores da capital do país<sup>319</sup>. Em 1931, o então ministro da educação, Francisco Campos, legislou sobre o ensino superior e a formação de universidades. Neste plano, priorizava-se a criação de uma faculdade de educação, ciências e letras que promoveria a integração do ensino superior e tornava sua existência obrigatória para a concretização da formação das Universidades e para a formação das elites dirigentes do país.<sup>320</sup>

Neste cenário favorável surgiram, a partir dos membros daquelas instituições superiores, as primeiras idéias de formação de uma universidade local. Um dos principais focos de defesa dessa idéia era a Faculdade Fluminense de Farmácia e Odontologia. Em 1935, o deputado Luiz Palmier, catedrático de microbiologia naquela instituição, apresentou um projeto de criação de uma Universidade Fluminense<sup>321</sup>. A partir dessa proposição, ficou vinculado, nas disposições transitórias da *Carta Magna* estadual, o compromisso de formação de uma universidade que agregaria os institutos superiores da capital fluminense e de Campos<sup>322</sup>.

A deliberação dos deputados constituintes fora saudada com entusiasmo pelos membros das faculdades niteroienses. Em editorial do número de julho-agosto de 1936, da *Revista de Farmácia e Odontologia*, Miguel Valle, seu diretor-proprietário e professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, exultava com a iminente transformação da capital fluminense em “cidade universitária”:

Oxalá que se concretize em uma esplêndida realidade, essa radiosa esperança acastelada durante decênios no coração da juventude fluminense que mais do que nunca, confia serenamente na ação patriótica do atual governador, Sr. Almirante Protógenes Guimarães, a quem cabe secundar a obra dos legisladores constituintes,

<sup>319</sup> Jorge Nagle. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/Fundação Nacional de Material Escolar, 1976, p. 134-188.

<sup>320</sup> Antônio Paim. Por uma Universidade no Rio de Janeiro. In: Simon Schwartzman (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p. 17-134; Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1982, p. 209.

<sup>321</sup> Roberto Pereira dos Santos. A Universidade Fluminense. IN: **Letras Fluminense**, agosto/setembro, 1950, p. 5.

<sup>322</sup> “O governo providenciará para que os estudos relativos à criação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sejam iniciados no prazo de dois anos, aproveitando, tanto quanto possível, os institutos de ensino superior existentes tanto em Niterói como em Campos e já oficializados”. **CONSTITUIÇÃO do Estado do Rio de Janeiro**. S/l: S/ed, 1936. Disposições Transitórias. Artigo 12. p. 39.

instalando com todas as honras e no mais breve tempo, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro<sup>323</sup>.

Não eram apenas os docentes que almejavam a formação do centro universitário. Cardoso Filho, aluno da Faculdade de Direito, expressava, três anos depois desse editorial, o desejo de ver Niterói transformada em cidade universitária que geraria a união dos estudantes do ensino superior local para promover, além da sociabilidade indispensável à formação intelectual desse grupo que seria a elite local, a coesão estudantil para a luta por construção de um novo mundo:

Só a Universidade resolverá o problema de acordo com os ditames da época, acostumando os moços intelectuais nos princípios de amor à coletividade, conhecendo desde agora, quando formam suas mentalidades, as necessidades da solidariedade humana e da prática do verdadeiro patriotismo – lutar por todos os que sofrem, sem egoísmo e com elevação<sup>324</sup>.

A figura de Durval de Almeida Baptista Pereira, nesse contexto, torna-se emblemática, por suas inserções profissionais, como um importante articulador das instituições superiores de ensino de Niterói na luta para a constituição da universidade fluminense.

Nascido na capital fluminense, em 1902, Durval Pereira estudou em diversas escolas, dentre estas os tradicionais o Colégio Salesiano e o Colégio Brasil<sup>325</sup>. Ingressou na carreira biomédica, cursando odontologia na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. No magistério superior tornou-se professor da Faculdade de Odontologia e Farmácia do Estado do Rio de Janeiro, em 1931. Nesse mesmo ano foi admitido como professor da Escola de Odontologia da Faculdade Fluminense de Medicina, quando também foi aprovado no vestibular da Faculdade de Direito de Niterói, em que colou grau em dezembro de 1935. No mesmo ano em que se bacharelou, passou a compor o quadro de redatores da *Revista de Odontologia e Farmácia*. Em editoriais desta revista expressava o

<sup>323</sup> Miguel Valle. A margem da Constituição Fluminense (Editorial). In: **Revista de Farmácia e Odontologia**. Niterói. nº 15 e 16, janeiro-abril, 1936, p. 6.

<sup>324</sup> Cardoso Filho. Niterói: Cidade Universitária. In: **O Prelo**. Nº 5. Ano 5. 1939. Publicação do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga.

<sup>325</sup> CURRICULUM Vitae bio-bibliográfico do professor Durval de Almeida Baptista Pereira. Separata da **Revista de Farmácia e Odontologia**. Ano XXXVII, nº 354-357, ago/nov. 1970

desejo da formação de uma universidade, objetivo que só seria alcançado com a criação de uma Faculdade de Filosofia<sup>326</sup>.

Durante a Primeira Semana de Ação Social Diocesana de Niterói, ocorrida em julho de 1946, Durval Pereira expôs a ideia de se organizar uma faculdade de filosofia. Em finais do mesmo ano, organizou-se a Sociedade Cooperativa Mantenedora da Faculdade Fluminense de Filosofia Limitada. Através dela, seriam obtidos os recursos para a nova instituição de ensino.

Inicialmente, a nova faculdade obteve autorização para funcionar no Instituto de Educação de Niterói e recebeu dotação de recursos do governo estadual. Seu quadro de docentes contava com os “*altos valores do cenário educacional da Capital da República e do estado do Rio*”<sup>327</sup>. Durval Pereira ocupou a direção da FFF, até 1966, e da Sociedade Mantenedora até sua federalização, ocorrida em 1961.

Foi nesse mesmo período que surgiram outros centros de ensino superior no estado do Rio: a Faculdade de Medicina Veterinária (1936), a Faculdade de Ciências Econômicas (1942), a Escola de Enfermagem (1944), a Escola de Serviço Social (1945) e a Escola Fluminense de Engenharia (1952).

O surgimento da FFF representava, no entanto, o passo decisivo que consolidava o projeto de criação da universidade pois atendia ao preceito legal federal. Três anos depois de sua organização, o governo estadual criava a Universidade Fluminense<sup>328</sup>. Criada por decreto de março de 1950, a reitoria foi entregue a um jurista da Faculdade de Direito, Paulino Neto, que teria a missão de constituí-la.

Em seu discurso de posse, Paulino Neto exprimia sua concepção do papel que a nova instituição deveria desempenhar. A Universidade seria um espaço para a formação de um novo homem fluminense; deveria ser promovida pela união da formação humanística e da prática, afinal, a orientação do texto legal dizia que era

<sup>326</sup> Miguel Valle. À margem da Constituição Fluminense. in: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano II, n. 15/16, janeiro/abril. 1936. p. 5-7. Durval Baptista Pereira. Campanha pró-Universidade. In: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano XIV, n. 79, setembro. 1947. p. 25. Durval Baptista Pereira. Prenúncios de uma vitória. In: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano XIV, n. 83, janeiro. 1948. p. 10. Durval Baptista Pereira. Federalização das Escolas Superiores. In: **Revista de Odontologia e Farmácia**. Ano XVI, n. 106, dezembro. 1949.

<sup>327</sup> **Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia**. Niterói: Gráfica Falcão, 1957, p. 10.

<sup>328</sup> Lei nº 808, de março de 1950. **Coleção de leis do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Imprensa Oficial, 1951, pp. 39-45.

necessária a formação de especialistas e técnicos que atendessem às necessidades do desenvolvimento econômico e industrial, especialmente no estado do Rio. Mas também deveria ser um dos espaços de guarda da memória/identidade do estado e que tinha a missão de, irmanada às outras agremiações literárias e departamentos governamentais, recuperar o lugar dos fluminenses no cenário nacional<sup>329</sup>. A Universidade deveria ser um *lócus* privilegiado de defesa da “civilização fluminense”:

[O Império marcou] o fastígio da civilização fluminense; mas, ainda hoje, quando a hera encobriu os monumentos de nossa grandeza material e a displicência ou a inépcia dos nossos condutores adormeceu as forças morais e espirituais de nosso povo, ainda assinala o sentido superior de uma cultura, ainda define os rumos de seguras correntes de tradição, que é preciso retomar, que urge reanimar e reconstruir.

Estas são as bases históricas em que se há de apoiar e legitimar a formação de um espírito universitário fluminense, que nos falta ainda, mas que é preciso existir, porque será ele um elemento preponderante na formação das forças espirituais necessárias à defesa de nosso patrimônio moral e material, contra a ação insidiosa, ou os golpes frontais da violência, em que se poderão perder como se tem perdido, com as riquezas da terra, as liberdades do povo<sup>330</sup>.

A criação legal, no entanto, não lhe facultou uma existência real. Sem dotação orçamentária estadual que lhe viabilizasse os meios de estruturação física e de realização de trabalhos a Universidade ficou... só no sonho!

Vislumbrando a impossibilidade da real existência da universidade através da manutenção do governo estadual, a partir de meados da década de 1950, os dirigentes das faculdades niteroienses passaram a negociar suas federalizações. Uma das últimas a ocorrer foi a da FFF (1961). Isso ocorreu quando um niteroiense do Barreto, Brígido Tinoco, exercia o cargo de Ministro da Educação e instalou, solenemente, no Teatro Municipal da capital fluminense, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>329</sup> PAULINO NETO. A Universidade Fluminense. In: **Revista da Academia Fluminense de Letras**, 1951, p. 133-138 e 277-279.

<sup>330</sup> *Ibid.*, p. 138.

#### 4. 2.2.2 - O Curso de Estudos Fluminenses

Nos anos de 1950, a Faculdade Fluminense de Filosofia já era uma instituição consolidada no cenário intelectual fluminense. O reconhecimento de seus cursos ocorreu em 1951 e 1954. O papel de instituição formadora dos professores e dos bacharéis, que atuavam nas escolas e em diversas instituições, era ressaltado como uma de suas funções na valorização da cultura fluminense. Durval Pereira afirmava que “*os ex-alunos da Faculdade, pelas posições que ocupam nos meios científicos e educacionais do país, são a prova evidente da honestidade do seu ensino e do grande serviço que ela vem prestando à causa da cultura em nossa terra*”<sup>331</sup>. No entanto, não era apenas pelos seus cursos de graduação que a FFF se tornara *locus* privilegiado de formação.

[A FFF] criou o seu Instituto de Pesquisas destinado a realizar pesquisas nos vários domínios da cultura (...) Assim como deu, ainda, maior expansão ao seu programa de difusão cultural, realizando conferências [e] fez realizar com maior êxito e real aproveitamento, cursos extraordinários de extensão universitária e de aperfeiçoamento ministrados por figuras exponenciais do cenário educacional do País. Estes cursos [são] extensivos também, às pessoas estranhas à Faculdade e em colaboração com as autoridades estaduais e federais do ensino médio<sup>332</sup>.

Dentre os cursos relacionados, Durval Pereira deu destaque ao Curso de Estudos Fluminenses. Este teve suas atividades desenvolvidas entre novembro de 1953 e janeiro de 1956 com a realização de cinco conferências.<sup>333</sup> Elas foram publicadas no Anuário comemorativo ao primeiro decênio de existência da Faculdade Fluminense de Filosofia, acrescida de um estudo de Lourenço Filho realizado em 1943 a pedido do governo do estado: “*O grupo fluminense na cultura brasileira*”. O curso foi planejado pelo diretor da FFF e coordenado por Marcos Almir Madeira, jurista e sociólogo, discípulo de Oliveira Vianna e catedrático de sociologia da Faculdade.

<sup>331</sup> **Anuário...** p. 8

<sup>332</sup> *Ibid.* p. 9.

<sup>333</sup> Fizeram palestras neste curso: Celso Kelly – Ecologia Fluminense (03/11/1953); Edgard Teixeira Leite – A Velha Província. Terra do futuro (15/03/1954); Orlando Valverde – Geografia econômica do estado do Rio de Janeiro (08/04/1954); Luiz Palmier – O folclore nas tradições da cultura fluminense (29/04/1954) e Dayl do Carmo Guimarães de Almeida – Oliveira Viana na cultura fluminense (03/01/1956). O Anuário comemorativo do primeiro decênio de existência da FFF traz os textos destas conferências. **Anuário...**, p. 63-208.



Figura 24: Ciclo de Estudos Fluminenses. Luiz Palmier durante a conferencia: O Folclore nas tradições dos Fluminenses. Niterói. Faculdade Fluminense de Filosofia, 29/04/1954. À mesa Durval Baptista Pereira, diretor da FFF e Francisco Manoel Brandão da Comissão Nacional de Folclore.  
Fonte: Folclore Fluminense. Ano II. N. 2. 1954. Acervo pessoal.

Em relação ao objetivo do curso, é emblemática a colocação de Edgard Teixeira Leite:

Nada valeria um simples histórico, para os altos objetivos em vista, pois, numa investigação da ordem que está realizando esta Faculdade, *o que importa não é o registro cronológico ou estatístico dos fatos, mas conclusões que norteiem diretrizes, apontando rotas capazes de servirem para soluções as mais acertadas, para o encontro da via mais verdadeira [...] para solução dos problemas fluminenses.*<sup>334</sup> (grifos meus)

Os estudos ali apresentados deveriam então ter um caráter prático: apontar soluções para os problemas enfrentados. Mas, para que tal fosse possível era necessário inventariar, produzir um diagnóstico da realidade, especialmente, a geo-econômica do estado. Todos os conferencistas eram unânimes em afirmar que suas falas eram um “*levantar questões*” para estudos futuros que a Faculdade desenvolveria. Nestes inventários a questão econômica ganhava relevância. Edgard Teixeira Leite realizou um estudo sobre as potencialidades de desenvolvimento econômico do estado do Rio; Orlando Valverde dissertou sobre

<sup>334</sup> Edgard Teixeira Leite. A Velha Província. Terra do Futuro. In: **Anuário...** p.155-156.

as geo-regiões econômicas do estado; e Celso Kelly seguiu o mesmo caminho ao apresentar o tema *Ecologia Fluminense*. A questão econômica era latente no projeto político de recuperação econômica implementado por Amaral Peixoto desde o período da interventoria.

Por outro lado, a proposta desenvolvida no curso estava em consonância com os *Estudos Brasileiros*, movimento de reflexão intelectual sobre o Brasil em voga no período. Nas décadas de 1930 e 1940, configurou-se um vasto campo de reflexão de contornos pouco rígidos, herdeiro dos anseios modernistas, que procurava “(re)descobrir” o país. Buscava-se demarcar também uma nova historiografia brasileira “*moderna naquilo que esse adjetivo ainda carregava das implicações e ambiguidades do movimento modernista, entre intelectuais brasileiros*”<sup>335</sup>. Desse grupo participavam, entre outros, Alice Canabrava, Caio Prado Júnior, José Honório Rodrigues, Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio de Souza e Sérgio Buarque de Holanda, que se envolveram, entre outras atividades, na produção do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, dedicando-se aos balanços historiográficos da produção existente. Reinventando a história do país, esses autores “*redescobriam*” os clássicos da historiografia nacional e destacavam as coletâneas documentais publicadas e os acervos inexplorados, ressaltando assim o muito que ainda havia por ser feito.

Redescobrir o estado do Rio de Janeiro também era o objetivo desse grupo. Redescobrir no sentido de inventariar, conhecer e propor soluções para as questões vivenciadas localmente.

Esses autores partiam da ideia de que o estado do Rio de Janeiro estava em processo de recuperação econômica o que nos levou à constatação de que encaravam o período que imediatamente os precedeu, a Primeira República, como um momento de estagnação ou de decadência. É emblemático o título da palestra de Edgard Teixeira Leite nesse sentido: “*A Velha Província. Terra do Futuro*”. Tomemos novamente suas palavras:

Tornou-se lugar comum, entre os comentadores dos problemas nacionais, considerar o estado do Rio como terra do passado.

A Velha Província, designação para uma das mais antigas do país, se para seus filhos é tratamento carinhoso, verdadeira manifestação de saudosismo, com

<sup>335</sup> Marcia de Almeida Gonçalves. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003. p. 202.

que se relembra com nostalgia o prestígio da época imperial, para o geral dos brasileiros, entretanto, assume sentido quase pejorativo e passou a ser expressão mesmo de terra que se está extinguindo, pela decrepitude de seu solo, na agonia lenta de seu povo... fazendo da Velha Província terra do passado. E a ajuntar a isso, pelo Brasil afora a confusão entre os dois Rio de Janeiro, reduzido o estado a um simples apêndice territorial do Distrito Federal.

E será assim, o estado do Rio, região em plena decadência, de cidades mortas, que tenha de viver apenas de seu passado ilustre, ou poderá ser, pela reorganização de sua economia, grande e próspera unidade da federação? Foi o que procurei apurar ... excluídas razões de ordem sentimental e afetiva.<sup>336</sup>

Em termos próximos assim se expressava Orlando Valverde:

Esta sociedade ruiu com a abolição e tinha que ruir. Aqueles palácios, alguns deles ainda restam em ruínas; outros, ainda, adaptados às novas circunstâncias, transformados em hotéis, por exemplo. Tal sociedade faustosa passou com o ciclo do café nesta região, e há muita gente que até hoje ainda se lamenta por causa disso.

É preciso que nos adaptemos à realidade e nos convençamos de que não é possível fazer retroceder a roda da história.<sup>337</sup>

Se, para os nativos, a referência histórica à Velha Província era motivo de orgulho, para os *outsiders* seria a imagem da decadência. Para superar essa visão pejorativa os autores procuram inventariar as potencialidades da região identificadas com a manutenção da “*vocação ruralista*” do estado. Esses estudos apresentam a agricultura e a pecuária como a base de sustentação econômica da região. As demais atividades – indústria e turismo, por exemplo – eram subsidiárias ou secundárias daquelas. Esses inventários são precedidos e/ou pautados por referências históricas à tradição e à vocação agrícola do estado, ressaltando o ciclo cafeeiro do Vale do Paraíba, identificado como o período áureo local. Projetando o futuro alicerçado na tradição agrária do estado, compreende-se a veiculação da imagem de uma região que possuía sua identidade alicerçada nos valores agrários, expressa, por um lado, no estudo de Luiz Palmier sobre folclore, ou no outro, sobre Oliveira Viana, expoente do pensamento conservador, “*saquarema*” que construiu a identidade fluminense sob o corte rural aristocrático do Vale do Paraíba, como explanou Dayl de Almeida.

Através da análise histórica, buscava-se resgatar a especificidade local. Celso Kelly, por exemplo, afirmava que o fluminense seria o elemento primordial de integração nacional por possuir em seu território, além uma variada gama de

<sup>336</sup> Edgard Leite, *loc. cit.*, p. 156

<sup>337</sup> Orlando Valverde. Geografia econômica do Estado do Rio de Janeiro. In: **Anuário...** p. 90

regiões geo-climáticas, uma tradição de união entre os povos migrantes, configurando assim o espaço privilegiado de brasilidade.

Ali se resumem as virtudes da terra: o litoral acidentado, vale dizer, rico de enseadas e ancoradouros, receptivo, acolhedor, num aspecto; exportador, expansionista, noutro; a planície ampla, generosa, comprometida posteriormente na Baixada, porém recuperada e, de novo, promissora: a montanha, soberba, altaneira, comandando a natureza, pletórica de localidades climáticas, exuberante de paisagens, desenhando perfis, a que não falta como um símbolo de bons augúrios o Dedo de Deus; o Paraíba, correndo ao alto, sobranceiro; outros rios de planície, precursores da rede de estradas e caminhos, que facilitam a mobilidade, aproximam os núcleos humanos, ajudam a formação do caráter comum. O generoso quadro fluminense responde com vantagem, direi mesmo com requinte, ao labéu de inadequação das áreas tropicais às grandes civilizações. Vale recordar a maneira incisiva com que o professor A. Carneiro Leão, com apoio no Barão Homem de Melo, refuta a alegação da impropriedade do clima para as culturas superiores: “...numa imensa região do nosso território, a altitude compensa prodigiosamente os efeitos da latitude. Mais ainda: nos trópicos, a configuração do solo, a direção dos ventos e das correntes oceânicas, a proximidade ou o afastamento das grandes massas d’água, doce ou salgada, influem sobre o clima de uma maneira independente de sua posição com relação à eclíptica”. A explicação geral comporta, sob medida, o caso fluminense.

A facilidade das comunicações naturais deve-se à base de costumes e sentimentos, que veio a caracterizar, no quadro nacional, o grupo fluminense.<sup>338</sup>

Também por essa linha seguiu Lourenço Filho, o que justificava a inserção de seu texto na coletânea:

Não será demais dizer, meus senhores, que, outrora, a capitania do Rio de Janeiro uniu as capitanias vizinhas, emprestando-lhes o próprio nome; que depois, a província uniu o Brasil, na compreensão e no sentimento de uma cultura comum; e que, ainda agora, ao apelo da mesma vocação histórica, prepara, por seu programa de industrialização, a união que há de resultar de mais intenso emprego das técnicas modernas de produção.

Esse sentido unionista, hoje mais do que nunca presente, é que nos leva a afirmar que, se é possível escrever a história do Brasil, sem maior atenção aos fatos que aqui se processaram, na colônia e no império, impossível será compreender-lhe o sentido sem exame atento da poderosa contribuição que lhe teria dado, e que lhe há de dar ainda o grupo fluminense. O exame, em relação ao passado, foi aqui apenas entrevisto, a largos traços, mas, ainda assim, queremos crer, de modo suficiente para legitimar a tese e lembrá-la a outros mais capazes<sup>339</sup>.

Apresenta-se a evolução histórica da capitania e província ressaltando-se ser nesses períodos que foram constituídas as bases da “vocação” econômica

<sup>338</sup> Celso Kelly. *Ecologia fluminense*. In: **Anuário...** p. 68 e 67, respectivamente.

<sup>339</sup> Lourenço Filho. *O grupo fluminense na cultura brasileira*. In: **Anuário...**, p. 151

local. Identifica-se o período imperial como o auge do poderio econômico e do prestígio político fluminense. Idealizava-se essa fase como a Idade de Ouro a ser resgatada, por isso necessária de ser conhecida.

A história tinha assim uma função prática. Apresentar a tradição local, reafirmar valores tidos como vocacionais do estado, aqueles “*sólidos*” caminhos para o desenvolvimento futuro da região. A história sozinha, no entanto, de nada serviria – como dizia Edgard Leite, “*o que importa não é o registro cronológico*” – mas ela comporia um campo de reflexão que possibilitaria o estabelecimento de projetos para a recuperação econômica do território fluminense. Daí a Velha Província ser a terra do futuro e não do passado.

#### 4.2.3 – Nossa terra, Nossa gente. A história na imprensa periódica.

Ao analisar o Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro e o Curso de Estudos Fluminenses, percebemos que a história era uma temática importante na composição das reflexões sobre o estado. No caso do primeiro há, em grande medida, a subordinação da história à geografia. Já no segundo, ela compunha o leque de interesses daqueles que se propunham a conhecer e intervir na realidade local. Passemos agora a analisar um terceiro espaço de produção e valorização da história local que integrou esse cenário dos anos cinquenta do século XX. Durante quase um ano o jornal *Letras Fluminenses* manteve uma coluna sobre a história dos municípios que compunham o estado.

O primeiro número de *Letras Fluminenses* foi lançado em julho de 1950. O grupo fundador propunha que este fosse um jornal diferente daqueles que até então se publicavam na capital do estado. Este seria um jornal dedicado à “*divulgação dos valores da terra, a decantada Velha Província de todos os tempos, cujas reservas no domínio da cultura são de molde a encorajar-nos no empreendimento*”<sup>340</sup>. Um jornal literário, enfim. Mas a publicação de um periódico exclusivamente literário não era novidade. Niterói contava, desde o

---

<sup>340</sup> Editorial. In: **Letras Fluminenses**. Ano I. Julho/1950. n.º 01. p. 1.

princípio do século XX, com inúmeras revistas do gênero<sup>341</sup>. Naquele momento, os dois principais jornais da cidade – *O Fluminense e O Estado* – contavam com páginas ou suplementos literários<sup>342</sup>. Isso não era ignorado pelo grupo fundador do novo jornal. Se não buscavam suprir uma lacuna na produção intelectual local – como era salientado no editorial inaugural –, por que investir nesse novo empreendimento? Seu diferencial seria ser um jornal, ou seja, era uma nova forma de divulgação das ideias desse grupo. Diferentemente das revistas que, geralmente, possuem um círculo restrito de circulação, o jornal teria uma distribuição mais ampla. Por outro lado, era um jornal literário, o que significava ser um órgão exclusivamente destinado à divulgação da produção artística. Por fim, salientava o editor Luís Magalhães, não se queria publicar um jornal regionalista, “*que seria lícito esperar de um órgão com o nome que encima estas linhas*”. Ali se expressaria a reflexão artística fosse ela prosa, poesia, conto, charge ou fotografia. Fruto de naturais do estado, especialmente daqueles residentes em Niterói ou que priorizavam temáticas fluminenses, seria expressão do pensamento e este não se limitava a fronteiras territoriais. Neste caso, o local/regional seria a expressão do universal, diria respeito a todos.

Ao ser lançado, o jornal tinha pretensões a ser mensal, mas, no decorrer de sua longa existência – o jornal circulou até 1991 –, teve periodicidade incerta. Não dispomos de dados que nos possibilitem afirmar as causas dessa irregularidade, mas é provável que isso ocorresse devido à dificuldade financeira em se manter a publicação regular de um jornal dessa natureza. Uma publicação literária tem circulação muito restrita, não sendo atraente para patrocinadores e ficando assim vulnerável à rede de sociabilidade do editor.

O grupo fundador era composto por Althayr Guimarães, Geir Campos, Horácio Pacheco, Luiz Magalhães, Luiz Palmier, Maurílio de Gouveia e Renato de Lacerda. Esse conjunto manteve-se à frente do jornal até o nono número, correspondente a abril de 1953, quando foi reformulado, ficando Luiz Magalhães com a direção geral até 1991, quando veio a falecer. Dos poucos dados

<sup>341</sup> Cybelle de Ipanema e Marcelo de Ipanema. **Imprensa fluminense**. Ensaios e trajetos. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984. especialmente pp. 335-371; Carlos Wehrs. **Capítulos da memória niteroiense**. Niterói: Niterói Livros, 2002, pp. 197-225. Evelyn Morgan Monteiro. **A Revista: modernismo e identidade fluminense** (1919-1923). Rio de Janeiro: PUC-RJ, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Dissertação (Mestrado em História), 2008.

<sup>342</sup> Cybelle de Ipanema e Marcelo de Ipanema. **Catálogo de periódicos de Niterói**. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1988.

biográficos que localizamos sobre esse personagem consta que ele foi o responsável pelo Suplemento Literário do jornal *O Estado* na década de 1950<sup>343</sup>. Este jornal era porta-voz do governo estadual. Durante a interventoria, Amaral Peixoto adquiriu a maior parte das ações do jornal e tornou a administração estadual seu principal proprietário.



Figura 25: Capa do jornal *Letras Fluminenses*. 1954.  
 Fonte: **Letras Fluminenses**. Niterói, Ano IV, n.º 11, nov-dez. 1954. Acervo da Sala Mattoso Maia, Biblioteca Pública de Niterói.

O jornal seguia o padrão estético do período, com seis colunas de texto, em cada página, entremeadas por fotos e manchetes das reportagens ou charges e versos. Não possuía, no entanto, uma rígida padronização em relação ao número de páginas, quanto ao papel utilizado para circulação ou em relação às colunas temáticas. Apesar disso, houve uma certa regularidade em algumas colunas nos cinco primeiros números, que abrangeram o período de julho de 1950 a fevereiro de 1951. Foram elas: *Educação*, *Nossa Terra Nossa Gente*, *Folclore*, *Artes*, e *Livros Nossos Amigos*. O sexto número, de julho de 1961, foi dedicado a Oliveira Vianna, saquaremense que vivia em Niterói e que era considerado um ícone da intelectualidade fluminense, falecido naquele ano. A partir do sétimo número

<sup>343</sup> O *Suplemento Literário* do jornal *O Estado*, da década de 1950, foi consultado na Biblioteca Nacional. Nele encontramos vários colaboradores de *Letras Fluminenses*, mas não era comum a replicação de matérias. No Suplemento, por exemplo, não encontramos artigos sobre os históricos das municipalidades como a coluna de Luiz Palmier, *Nossa Terra, Nossa Gente*, do *Letras Fluminenses*.

aquelas colunas foram substituídas por *Fatos, Livros e Revistas, e Poesia e Teatro*.

Entre as primeiras colunas, duas estiveram presentes nos cinco números: *Folclore*, que ficou a cargo de Luís Antônio Pimentel, e *Nossa Terra Nossa Gente*, que tinha Luiz Palmier como autor.

O folclore era um tema caro à intelectualidade niteroiense de então, ocupando um lugar de relevo no debate sobre a identidade fluminense desenvolvido entre as décadas de 1940 e 1950. Foi em 1950 que se organizou, no estado do Rio de Janeiro, uma instituição especificamente a ele dedicada, seguindo um contexto nacional de valorização da temática: a Comissão Fluminense de Folclore<sup>344</sup>. Luís Antônio Pimentel dela fez parte a partir de 1953, quando Luiz Palmier passou a ser seu secretário geral. Em sua coluna abordou aspectos da cultura popular: a bola de gude, os cantos do Pinchanchão, a figura do João Curutu – de tradição indígena – Guru ou Três Marias e Oca ou Roda<sup>345</sup>.

Luiz Palmier ficou responsável pela coluna que construía sinopses históricas das municipalidades do estado. Natural de Sapucaia, onde nasceu em fins do século XIX, desenvolveu sua trajetória médica, política e intelectual no eixo Niterói-São Gonçalo. Já formado em Farmácia pela Faculdade de Ouro Preto, transferiu-se por volta de 1914 para Niterói a fim de cursar medicina na cidade do Rio de Janeiro. Em 1918, recém-formado, chegou a São Gonçalo para combater a gripe espanhola. Estabeleceu-se na cidade e desenvolveu uma reflexão sobre a formação da criança, que o levou a se associar aos projetos varguistas nas décadas de 1930 e 1940. Exerceu mandatos de vereador (1930), deputado constituinte do Rio de Janeiro (1935) e deputado estadual (1936-1937). A partir da década de 1940 intensificou sua produção intelectual, especialmente ligada à história<sup>346</sup>.

<sup>344</sup> Rui Aniceto Nascimento Fernandes. **Construindo o folclore fluminense**. Intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro. 1949-1961. Niterói. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

<sup>345</sup> Luís Antônio Pimentel escreveu para sua coluna: “João Curutu” (Ano I, nº 1, julho de 1950, p. 7); “O Pinchanchão e seus cantos” (Ano I, nº 2, agosto/setembro de 1950, p. 2); “Guru ou Três Marias” (Ano I, nº 3, outubro de 1950, p. 2); “Bola de Gude” (Ano I, nº 4, novembro/dezembro de 1950, p. 4) e “Oca ou roda” (Ano I, nº 5, janeiro/fevereiro de 1951, p. 4).

<sup>346</sup> Seu primeiro estudo de história regional foi *São Gonçalo Cinqüentenário*, de 1940. Publicou também a biografia de um ex-presidente do Estado do Rio de Janeiro, *Maurício de Abreu. Um pioneiro da democracia* (1952). Foi responsável pela coluna “Nossa Terra, Nossa Gente” do jornal *Letras Fluminenses* (1950-1952) e escreveu para o *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* (1949-1955) e vários outros periódicos nos quais publicou textos relativos à história do

Entre julho de 1950 e julho de 1951, Palmier publicou artigos sobre São João Marcos, Sapucaia, São Pedro da Aldeia, Itaboraí e Saquarema<sup>347</sup>. Nesses artigos de divulgação o médico-publicista visava dar a conhecer ao grande público aspectos da história e da geografia das localidades destacadas.

A análise dos textos nos permite observar alguns elementos constantes tidos como relevantes na composição da narrativa histórica sobre os municípios fluminenses. A identificação desses elementos não significa, contudo, que havia uma fórmula padronizante de construção textual em que os elementos eram simplesmente enquadrados.

Havia uma preocupação constante em definir geograficamente aquela unidade territorial a que se referia o texto. Tal definição incluía os limites fronteiriços da municipalidade, as sub-unidades (distritos e freguesias) que o formavam e a identificação dos elementos naturais que o compunham. São João Marcos, por exemplo, que teve seu território submerso pelas águas para instalação da represa da Light, teve seus limites associados à sua evolução político-administrativa.

São João Marcos ou São João do Príncipe, curato e freguesia do século XVIII e município da era de D João VI, primeiras décadas do século XIX, ocupava vastíssimas terras, desde as margens feracíssimas do Lages até os limites da Província de São Paulo, na serra da Bocaina<sup>348</sup>.

A citação acima nos leva a um outro elemento: o tempo. A história local era marcada por um ritmo próprio, tinha uma cronologia diferente daquela que pautava a História Pátria (Colônia – Império – República). Este era ditado pela sua evolução político-administrativa, que variava de local para local. Uma rápida mudança de status administrativo significava um sinal de progresso.

Sapucaia, sua cidade natal, fora um desses exemplos:

---

estado. Faleceu em 16/10/1955. cf. Luís Reznik (Org.). **O intelectual e a cidade:** Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna. Rio de Janeiro: Eduerj/São Gonçalo Letras, 2003. Salvador Mata e Silva. **Gonçalenses adotivos.** São Gonçalo: Coleção IPDESG, 1996. Wanderlino Leite Neto. *op. cit.* p. 300-301.

<sup>347</sup> Luiz Palmier publicou neste jornal “Comemorações centenárias: São João Marcos e Itaverá” (Ano I, nº 1, julho de 1950, p. 4 e 9); “Sapucaia através dos séculos” (Ano I, nº 2, agosto/setembro de 1950, p. 7, e Ano I, nº 3, outubro de 1950, p. 7); “São Pedro da Aldeia” (Ano I, nº 4, novembro/dezembro de 1950, p. 10); “História antiga de Itaboraí” (Ano I, nº 5, janeiro/fevereiro de 1951, p. 9) e “Oliveira Viana e Saquarema” (Ano I, nº 6, março/julho de 1951, p. 8).

<sup>348</sup> Luiz Palmier. **Comemorações centenárias...** p. 4.

Essas terras de Sapucaia, à margem do majestoso Paraíba do Sul, nos limites com as Minas Gerais, foram parte integrante de Magé, Cantagalo, Nova Friburgo e Paraíba do Sul. O primitivo curato, da freguesia de Magé, foi elevado a freguesia em 1871, vila e município em 1874, cidade e comarca em 1890<sup>349</sup>.

O patrimônio histórico também era valorizado. Eles representavam as marcas do passado no presente, símbolos de uma era de fausto que resistiam às intempéries do tempo e às ações do homem como monumentos a fazer lembrar o que outrora aquele município já representara. São Pedro da Aldeia, que fora um importante entreposto comercial no século XIX, ainda possuía “*velhos casarões*” e os “*armazéns de proporções gigantescas*”:

Atestado de maior valia e dos mais patentes, desse passado de glórias e desse fausto de tão gratas recordações continuam ainda, à margem da rodovia Niterói-Campos, as ruínas dos velhos casarões, que foram outrora outros tantos ricos armazéns de proporções gigantescas, alguns com mais de uma dezena de portas<sup>350</sup>.

Patrimônio que poderia ser até mesmo o natural como a “*árvore grande*” que, tal qual uma coluna secular, resistia ao tempo na praça central de Sapucaia, a lembrar a seus moradores que aquela região fora um importante ponto de pouso das tropas que faziam a ligação das Minas Gerais com a capitania do Rio de Janeiro, pelo Caminho Novo das Minas:

Dos bosques naturais, onde predominou, à margem do caudaloso rio, a grande Sapucaieira assinaladora do pouso dos tropeiros e que aos mesmos dava abrigo seguro e sombra acolhedora, sob as suas ramagens de formidável fronde, de dezenas de metros de diâmetro, resta solitária e tristonha, talvez saudosa das companheiras outras, a árvore grande, a gameleira secular, ainda ocupando o centro da praça da Bandeira e representando relíquia preciosa e tradição gloriosa, de tempos idos, bem como testemunha secular de segredos amorosos, de muitas gerações<sup>351</sup>.

Outro patrimônio local eram os filhos ilustres que a terra dera ao estado e ao país. Um patrimônio moral. Relacioná-los significava conferir aos locais de origem uma dignidade de progenitores dos homens e mulheres que construíram a história da nação. A antiga aldeia de São Pedro era representada nesse Panteon

<sup>349</sup> Luiz Palmier. **Sapucaia através dos séculos...** n.º 2. p. 7.

<sup>350</sup> Luiz Palmier. **São Pedro da Aldeia...** p. 10.

<sup>351</sup> Luiz Palmier. **Sapucaia através dos séculos...** n.º 3. p. 7.

não por alguns homens, mas por linhagens inteiras que teriam prestado relevantes serviços não só ao estado mas também ao Brasil.

Dessas possibilidades e dessas tradições gloriosas a terra dos Pereira de Souza, dos Cantarinos, dos Belizário de Souza, dos Pinheiro Batista, dos Marques da Cruz, dos Ribeiro, dos Pinheiro Mota, dos Vieiras, dos Martins Teixeira, dos Motas, dos Almeidas e tantas outras tradicionais famílias, de cujas estirpes descendem personalidades representando valores morais, valores sociais e valores culturais, dos méritos dos cientista-professor João Martins Teixeira, do escritor Herculano Homem Cantarino Mota, do orador parlamentar e financista Francisco Belizário, do jurista Targino Ribeiro e do herói da Guerra do Paraguai e da retirada de Laguna – João Batista Marques da Cruz, glória do exército nacional, todos esses valores humanos com extraordinários serviços à Pátria<sup>352</sup>.

Narrar a história local era, dessa forma, mostrar o lugar que aquela localidade desempenhava no conjunto do estado. Cada qual, ao seu modo, contribuíra outrora com o esplendor da Velha Província e por isso eram os guardiães das tradições locais. São João Marcos e Rio Claro, por exemplo, são descritos como “*repositórios dos mais valiosos das tradições da terra fluminense. Guardam, por isso mesmo, uma tradição de cultura, de civismo, de opulência*”<sup>353</sup>. O que não diferia, por exemplo, de Saquarema berço de Francisco José Oliveira Vianna, um dos maiores intelectuais fluminenses da primeira metade do século XX, e que no período imperial tornara-se, inclusive, alcunha do partido conservador que dirigira os destinos nacionais em boa parte do II Reinado. Essa terra:

...marcada indelevelmente pelos acidentes geográficos e pelas miríficas paisagens, que tanto encantam os turistas, também o foi e continuará a ser da tradição cultural e do prestígio econômico-político-social. Algumas reminiscências dirão mais e melhor desse renome e dessa projeção no cenário da província ou de amplitude nacional<sup>354</sup>.

Sapucaia surgia, assim, como um dos grandes bastiões da preservação das tradições locais que Palmier descrevia:

Essas glórias do passado, o presente grandioso e as possibilidades de promissor futuro, de que tanto e tão justamente se orgulham os sapucaianos, lídimos depositários e defensores ciosos detentores e conservadores desse valoroso

<sup>352</sup> Luiz Palmier. **São Pedro da Aldeia...** p. 10.

<sup>353</sup> Luiz Palmier. **Comemorações centenárias...** p. 4.

<sup>354</sup> Luiz Palmier. **Oliveira Vianna e Saquarema...** p. 8.

patrimônio, assim constituído dessa e de tantas outras floriosas tradições sapucaieenses, fluminenses, brasileiras<sup>355</sup>.

Um futuro promissor... Esta era outra das características marcantes na produção de Luiz Palmier, a idéia de um futuro progressista e faustoso. Mas um futuro construído a partir desse conhecimento do passado, pois seria ele que daria o norte seguro, perdido, por exemplo, por Itaboraí. *“Essa mesma terra, com marcantes afirmativas, pelos esforços do seu povo e dos administradores, no sentido de pretenderem redimir-se dos muitos erros de várias gerações, reiniciando caminhada segura pelas estradas do progresso”*.<sup>356</sup>

Conhecer a história e as potencialidades físicas locais era o meio de garantir o progresso. São Pedro da Aldeia, nesse caso, possuía inúmeras “garantias” para um futuro promissor:

Todas essas e muitas outras possibilidades de águas e terras, assim tão prodigamente dotadas pela natureza, ainda desafiando as iniciativas oficiais e particulares para o apogeu das grandiosas realizações, garantidoras de promissor futuro<sup>357</sup>.

Luiz Palmier elaborava seus textos visando construir uma imagem progressista para a região. Cada localidade possuiria uma especificidade que conformaria o conjunto fluminense e, por isso, cada qual podia ser considerada guardiã da tradição local. Por outro lado, construía-se um discurso no qual há uma espécie de *continuum* evolutivo em que a localidade estava caminhando sempre para o progresso. A história apontava esse caminho. Reconhecê-lo fazia-se mister e por isso era necessário conhecer a municipalidade. Analisar seu processo histórico para que a marcha não esmorecesse. Era necessário também conhecer as potencialidades geográficas, pois estas conformariam novas perspectivas. Explorar as riquezas naturais seria um caminho possível para imprimir maior agilidade a esse progresso.

<sup>355</sup> Luiz Palmier. **Sapucaia através dos séculos...** n.º3. p. 7.

<sup>356</sup> Luiz Palmier. **História antiga de Itaboraí...** p.9.

<sup>357</sup> Luiz Palmier. **São Pedro da Aldeia...** p. 10.

### 4.3 – O lugar da história nos tempos de Amaral

Pudemos observar que as décadas de 1940 e 1950 constituem-se em um rico momento para os estudos históricos fluminenses. As perspectivas governamentais, como indicado na primeira parte deste capítulo, associavam um discurso de construção de uma nova situação local à recuperação do lugar do estado no cenário nacional perdido no pós-proclamação da República. Ao se configurar o projeto político de Amaral Peixoto para o estado, este se alicerça nas tradicionais atividades agro-pastoris. Há uma opção pelo agrário. Mas um agrário que deveria ser modernizado, imprimindo-se novas técnicas produtivas e novas orientações às populações rurais. As ações implementadas no campo educacional e cultural, na interventoria de Amaral Peixoto e no seu governo de 1951-1954, colocam-no como defensor das tradições e da história local e seu regenerador. Tal perspectiva era compartilhada pelo mundo literário da capital fluminense que partilhava de inúmeras ações e iniciativas da administração. Os três exemplos destacados – o Diretório Regional de Geografia, a Faculdade Fluminense de Filosofia e o jornal *Letras Fluminenses* – são modelares nesse sentido.

O primeiro fora um departamento ligado à administração estadual que lhe municiaava com dados geográficos e projetos de modernização do campo. Aqui, a história compunha o leque de dados relevantes nos inventários e estudos realizados pelos membros do Diretório, pois lhes apresentavam os caminhos já trilhados, e havia assim uma certa concepção de história exemplar que dava lições e que por acertos ou erros indicados sinalizava um rumo a seguir.

Já a Faculdade Fluminense de Filosofia inseria-se no rol das instituições culturais de Niterói que contavam com dotações do governo para sua existência. Observamos também que a busca por uma constante aproximação com o governo estadual não ocorria apenas em relação à sua existência financeira. Muitos de seus professores também exerciam cargos em departamentos da administração estadual. Apenas a título de exemplo podemos citar Luiz Lamago, professor da Faculdade e consultor do Diretório Regional de Geografia, em 1956. Por outro lado, no momento da criação da universidade por iniciativa do estado, o então governador Edmundo Macedo Soares da Silva foi condecorado com o título de Chanceler da Faculdade. A FFF procurava colocar-se como um *locus* privilegiado de reflexão e de direcionamento das ações políticas de recuperação do estado. O

*Curso de Estudos Fluminenses*, nesse sentido, é revelador das iniciativas da faculdade. Nele buscava-se inventariar a realidade local e propor soluções práticas para sua reconstrução. Eram chamados a ministrar palestras filhos ilustres que possuíam projeção em suas áreas de especialização. Aí a história compunha o leque de preocupações no mesmo sentido que lhe era dado pelo Diretório Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, como o instrumento para revelar a natureza local.

A coluna de Luiz Palmier no jornal *Letras Fluminenses* cristalizava esses ideais dispersos nas outras associações. As municipalidades eram apresentadas com os guardiães das tradições locais. Suas histórias mostrariam a vocação do estado e serviriam como norte nesse processo de recuperação política e econômica do projeto amaralista. O jornal em si erguia-se como um divulgador do pensamento intelectual fluminense que deveria ser ouvido e que se fazia ouvir pela rede de sociabilidade em que estava imerso. Seu diretor geral, por exemplo, estava no jornal oficial do estado, *O Estado*. Luiz Palmier era, nesse período, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Serviço Social e membro do Diretório Regional de Geografia.

As redes de sociabilidades que uniam esse universo político e intelectual fluminense das décadas de 1940 e 1950 não eram o único elemento que justificava essa interação. Elas conformavam o pensamento, a investigação e a análise sobre o local. A história, nesse contexto, era o fio condutor das análises. Era o conhecimento que permitia diagnosticar as vocações, o que era inerente ao estado; onde se deveria intervir e agir. Os estudos históricos então permitiam revelar a identidade fluminense.